

NILSA BRITO RIBEIRO

4 * 1 1 1 1

A PARÁFRASE: UMA ATIVIDADE ARGUMENTATIVA

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Ingedore Grunfeld
Villaça Koch

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA/T/UNICAMP	R 354p
V	
TOMADA DE	48375
PREÇO	16.837/02
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/10/02
Nº CPD	

CM00166284-6

BIB ID 236653

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

R354p	Ribeiro, Nilsa Brito A paráfrase: uma atividade argumentativa / Nilsa Brito Ribeiro. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.
	Orientador: Ingedore Grunfeld Villaça Koch Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Textos. 2. Paráfrase. 3. Discussões e debates. I. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Esta Dissertação foi apresentada e defendida perante Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



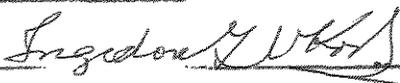
Profa. Dra. Inedore Grunfeld Vilaça Koch - Orientadora

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Prof. Dr. Jonas Araújo Romualdo

Este exemplar e a redação final da tese defendida por NILSA BRITO ZIBEIRO

e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/02/2002.



Dedico esta Dissertação:

A Zé, companheiro, que me instiga
sempre com questões de linguagem.

A Pedro e a Kauê, que, tantas vezes,
suportaram as minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Ingedore G. V. Koch, de quem tenho recebido, além de uma orientação segura, o afeto, a amizade.

Aos professores Dr. João Wanderley Geraldi e Dra. Lúcia Kopschitz Xavier Bastos, pela leitura cuidadosa deste trabalho e sugestões valiosas apresentadas por ocasião do exame de qualificação.

Ao prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi, pela gentileza com que sempre se dispôs a me enviar sugestões bibliográficas.

À comunidade acadêmica do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará (Marabá), que me propiciou a constituição do *corpus* para este estudo.

Aos amigos Fátima, Germana, Hugo, Luciana, Luciane, Mírian, Vânia e Walnice, por tudo que vivemos nesse percurso.

RESUMO

O presente trabalho, ocupando-se de textos orais produzidos no interior da universidade, estabelece como objeto de estudo os mecanismos parafrásticos, considerados como atividades de reformulação textual que atuam decisivamente como estratégias argumentativas no fazer textual. Compreendendo que a ação argumentativa é resultado de um trabalho da interação entre os interlocutores, defende-se a posição de que os mecanismos parafrásticos, ao retomarem um já-dito, não cumprem apenas a função de fixar sentidos. Nesse movimento, abrem-se sentidos, permitindo que o texto avance para uma dada direção, movido pela orientação argumentativa. Por essa via de compreensão, prevalece a defesa de que o processo de formulação textual não decorre da simples justaposição de enunciados. Os propósitos que movem os interlocutores é que determinam as escolhas de formulação e reformulação. É porque o locutor espera uma *contrapalavra* do *outro*, como defende Bakhtin, que ele decide reformular enunciados de um jeito e não de outro, orientando o interlocutor para as conclusões desejadas. Assim sendo, a organização textual não é gratuita, mas motivada por um *querer-dizer*, na visão bakhtiniana do termo. O falante tem um propósito a atingir, e seu discurso é planejado na interlocução, de maneira que os recursos expressivos se organizam coesivamente em direção a esse propósito. Assim defendemos que *a paráfrase é uma atividade argumentativa*.

Palavras-chave: Texto, Paráfrase, Argumentação

INTRODUÇÃO	1
1. LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO	9
1.1. A retórica: um breve percurso.....	9
1.2. Perelman e a Nova Retórica.....	13
2. ENUNCIÇÃO, TEXTO, ARGUMENTAÇÃO	19
2.1. O quadro da enunciação	19
2.2. O texto na constituição dos sentidos	21
2.2.1. Texto oral e texto escrito	25
2.3. Argumentatividade	30
3. PROCESSO DE FORMULAÇÃO TEXTUAL	41
3.1. A reformulação textual: uma atividade de formulação	46
3.1.1. Caracterização das atividades de reformulação	51
3.1.2. A paráfrase, a correção e a repetição: em que se distiguem	53
3.1.3. O papel contextualizador dos marcadores de reformulação	56
3.2. O fenômeno parafrástico: um percurso teórico.....	62
3.2.1. A paráfrase no campo da retórica e no campo da lógica.....	62
3.2.2. Abordagens contemporâneas da paráfrase	64
3.2.2.1. A paráfrase como equivalência formal entre frases	64
3.2.2.2. A paráfrase como sinonímia de frases.....	66
3.2.2.3. A paráfrase como reformulação.....	67
3.3. A paráfrase: uma atividade discursiva da linguagem.....	68
4. A PARÁFRASE NA ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO	75
5. ANALISANDO A PARÁFRASE NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS.....	95
5.1. Paráfrase modalizadora.....	96
5.2. Paráfrase intensificadora ou enfática.....	109
5.3. Paráfrase gradativa	113
5.4. Paráfrase referenciadora	124
5.5. Paráfrase explicativa.....	129
5.6. Paráfrase explicitadora	133
5.7. Paráfrase exemplificadora	136
6. SINONÍMIA LEXICAL: UM TRATAMENTO DISCURSIVO	141
CONCLUSÃO.....	149
BIBLIOGRAFIA:	153

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura investigar como a atividade parafrástica se realiza a serviço da argumentação. Partimos da hipótese de que a paráfrase, como um mecanismo de reformulação textual, em muitos casos, constitui uma atividade essencialmente argumentativa. Por essa via, defendemos que o texto, enquanto atividade lingüístico-discursiva, se constitui de marcas de reformulação impostas por estratégias argumentativas do locutor em relação ao seu interlocutor.

Fagundes (1995), em sua tese de Doutorado, investigando o funcionamento discursivo da paráfrase, já argumenta que a paráfrase se torna uma necessidade para o sujeito que recorre a recursos expressivos relativamente indeterminados para *ir fixando sentidos dentro do seu projeto de dizer* e, nesse movimento, a paráfrase não apenas determina, como também abre sentidos.

O estudo que propomos, embora se ocupe da relação entre *enunciados de origem* e *enunciados parafrásticos*¹, também se inscreve numa perspectiva que considera que os enunciados parafrásticos produzem muito mais que a retomada de um enunciado por outro: defendemos que a paráfrase, ao retomar um enunciado anterior, provoca efeitos de sentido determinados por propósitos argumentativos que se deflagram no acontecimento enunciativo, ou seja, a paráfrase se produz discursivamente.

¹ De acordo com Hülger (1989), chamamos de enunciado de origem ou matriz (M), o enunciado reformulado, e o enunciado reformulador refere-se à paráfrase.

O *corpus* do qual selecionamos algumas passagens para este trabalho é constituído de 14 horas de gravações de textos orais, produzidos em situações de interação verbal realizada em ambiente universitário (aulas, seminários, conferências, palestras, assembléias, reuniões e debates).

Adotamos as noções básicas de argumentação desenvolvidas por Ducrot (1972, 1973, 1984), segundo as quais a argumentação é uma atividade inscrita na língua. Privilegiamos, neste trabalho, também os estudos da Retórica aristotélica, principalmente no que se refere à noção de *topos* (lugar comum argumentativo) que funciona como depósito de argumentos a que recorre o locutor para validar sua tese. Da Retórica aristotélica também tiramos como consequência a compreensão de que a argumentação não é um dado *a priori*, mas construída na relação locutor/discurso/interlocutor. Nesse sentido, os recursos expressivos, ainda que possuam sua semanticidade, sua realidade significativa se define na dinâmica interlocutiva. Essa noção é básica para os nossos estudos acerca da paráfrase.

Assumindo o postulado de que a atividade de formulação é o resultado de estratégias adotadas pelo locutor para dar fluxo ao texto, estamos também de acordo com Koch (1997:20), ao defender que *a atividade de produção textual pressupõe um sujeito-entidade psico-físico-social- que, em sua relação com outro(s) sujeito(s), constrói o objeto texto(...).O(s) outro(s) sujeito(s) implicado(s) nessa atividade- e no próprio discurso do parceiro, já que a alteridade é constitutiva da linguagem- pode(m) ou não atribuir sentido ao texto, aceitá-lo como coeso e/ou coerente, considerá-lo relevante para a situação*

de interlocução e/ou capaz de produzir nela alguma transformação... Assim sendo, o ato de formular reflete um movimento que não encontra significado na língua em si e por si, onde a significação já esteja dada. Como nos diz Bakhtin [1929] (1988:123), a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim a realidade fundamental da língua.

Dado que é o processo discursivo que orienta o movimento de sentidos na relação com a ideologia, as formulações textuais sofrem determinações desse jogo discursivo, justamente pelo fato de o locutor reconhecer uma ou outra formulação textual como mais apropriada para atingir seus interesses. Essas estratégias constituem a própria atividade lingüística em si, motivadas por fatores diversos. Na ação comunicativa, portanto, o locutor constrói seu turno movido por algum interesse, sempre orientando o interlocutor para determinadas conclusões.

No capítulo 1, procuraremos fazer um breve percurso desde a Retórica aristotélica até a Nova Retórica de Perelman, por compreendermos que os estudos de retórica apresentam conseqüências consideráveis para os estudos atuais sobre discurso e argumentação. Aristóteles, ao postular que os argumentos são do campo das opiniões geralmente aceitas, refuta claramente um pensamento lógico-formal que compreende os argumentos como provas verdadeiras e necessárias. Se para Aristóteles, a argumentação se constrói num processo ativo entre os homens, tem-se já na tradição retórica a linguagem como atividade social. Com Perelman, tem-

se a retomada da Retórica aristotélica e uma crítica claramente formulada ao racionalismo cartesiano, cuja ênfase está centrada na evidência. Não pretendemos, entretanto, ocupar-nos de todos os aspectos da retórica, mas tão somente daqueles que se apresentam como relevantes para as nossas investigações sobre o fenômeno parafrástico, como, por exemplo, os lugares-comuns, na abordagem de Perelman.

No capítulo 2, trataremos, ainda que brevemente, do conceito de enunciação tal como formulado por Benveniste e de como tal noção contribuiu fortemente para teorias posteriores como a da argumentação, a maneira postulada por Ducrot. De um certo modo, contribuiu também para as noções de texto encarado como uma atividade sócio-interacional. Por se tratar de um trabalho em que se pretende analisar o fenômeno parafrástico produzido em textos orais, neste mesmo capítulo, procedemos a uma breve abordagem que faça aparecer, explícita ou pelo menos implicitamente, a concepção aqui adotada no que se refere à relação fala/escrita.

O capítulo 3 se debruça sobre a atividade de formulação textual, dedicando-se especialmente à atividade de reformulação parafrástica. Revisitaremos alguns trabalhos que se têm ocupado do fenômeno parafrástico numa perspectiva discursiva.

Dedicamos o capítulo 4 ao estudo da paráfrase como uma atividade argumentativa que concorre efetivamente para a estruturação do discurso. Com base em discussões já produzidas acerca da argumentação como atividade estruturante do discurso, procuraremos evidenciar que as paráfrases, ao

retomarem um enunciado anterior, abrem sentidos, garantindo assim a continuidade textual, ou seja, as reformulações parafrásticas, embora se organizem numa relação de retomada de um enunciado de origem, não cumprem o simples desejo de fixar um já-dito. Nesse movimento, outros sentidos se instalam na organização do dizer, movidos pela orientação argumentativa.

Propomos, no capítulo 5, investigar em passagens de textos orais, como a paráfrase atua argumentativamente na constituição dos sentidos. Propomos uma certa tipologia da paráfrase, não por compreender que ela seja suficiente para abranger o fenômeno em estudo, mas muito mais por razões didáticas, a fim de possibilitar uma certa aproximação do que pretendemos discutir.

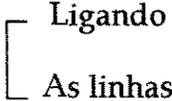
Embora não seja a sinonímia objeto específico de nosso estudo, neste trabalho, dedicamos uma breve discussão, no capítulo 6, à produção discursiva da sinonímia lexical.

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO²

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÕES ³
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	Já acompanhando a história () a mente começou a abrir mais um pouco...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	Está sendo (iludido)... enganado porque no fundo a intenção de (amealhar) alguma coisa...
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	Essa primeira ela dá/não dá a motivação
Entoação enfática	maiúscula	O dinheiro voltou para a mão dele e ele fez o quê?...torROU
Prolongamento de vogal e consoante (como r, s)	::podendo aumentar para::: ou mais	Porque lá é::...é::... a justiça funciona
Silabação	-	Então é... a construção juris-pru-dencial... tá?

² Extraídas de Preti (1993:11-12, org.).

³ Os exemplos acima (assim como os demais apresentados neste trabalho) foram extraídos do *corpus* gravado por nós e bolsistas de Iniciação Científica do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará.

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Interrogação	?	então o que é isso? ... alguém sabe o que é isso?
Qualquer pausa	...	então não tinha... um direito positivo...
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((risos))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	--- --	E vai dizer por exemplo que o juiz julgou de forma -- vou usar a palavra aqui -- absurda () ... tá bom?
Superposição; simultaneidade de vozes		L2 ⁴ - tem mais dois L1 - sua pergunta
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) isso é simples... é porque na França eles não se organizam como nossos tribunais
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	A:... a:... parte que eu fiquei aqui "a lógica a jurídica e a argumentação" tá?...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP, etc.)
2. Fáticos: *ah, êh, ahm, hun, tá* (não por está: tá? você estava brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.

⁴ No exemplo acima e nos que se seguem, L1 corresponde a locutor1, L2, a locutor2, etc.

4. Números por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh::::... (*alongamento e pausa*)
8. Não se utiliza sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

1. LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO

1. 1. A retórica: um breve percurso

Tem-se notícia, na história, de que já em Homero manifesta-se o interesse dos gregos pelos efeitos mágicos das palavras. O que se tem, nesse momento, é uma manifestação espontânea da retórica, nos diálogos, nos dramas trágicos, nos poemas líricos e elegíacos. É Péricles quem cumpre a tarefa de transpor a oratória espontânea para os discursos eloqüentes elaborados no campo da política, da ciência, da filosofia, etc., para influenciar os ouvintes. Assim, a retórica surge da capacidade de empregar a palavra com fins persuasivos, como arte de bem falar.

No entanto, é na Sicília que a retórica surge como prática oratória, justamente num momento histórico em que a democracia se impõe à tirania. E chega até a se tornar uma disciplina: Córax e Tísias introduzem a retórica nas escolas como uma disciplina prática, publicando o primeiro manual de retórica. Nesse mesmo tempo, em Eléia, desenvolve-se a arte do diálogo e a Grécia inteira, articulando esses dois métodos, adere à arte de discutir sobre qualquer tema.

Na Grécia, quem alcançou maior destaque como primeiro teorizador formal da retórica como método, foi Górgias, que, diferentemente de Córax e Tísias - produtores de uma retórica que se ocupa das partes de um discurso (*dispositio*) - dedicou-se ao estilo e à composição retórica (*elocutio*). Para ele, o orador era um *psicagogo*, posto que via a retórica como objeto que, pelos efeitos

mágicos da palavra, era capaz de guiar a alma e causar paixões. As figuras retóricas por ele empregadas no discurso tinham a função de convencer ou convencer a alma.

Como sofista, Górgias apresentou em suas teses posições importantes sobre a linguagem. Um dos aspectos que merece destaque no conjunto de suas posições é a postulação de que a palavra não é o que ela quer comunicar, ou seja, a palavra não é vista como fonte de transmissão de conhecimento mas de convencimento. Com isso, defende-se que não há verdade em si mesma. Sabe-se, entretanto, que os sofistas⁵ foram frontalmente criticados por Sócrates e Platão.

Mas é Aristóteles quem vai considerar a retórica atividade semelhante à dialética, no sentido de que ambas tratam de temas ligados ao conhecimento de modo geral, não se aplicando, portanto, a nenhum conhecimento específico. Ambas produzem resultados eficazes tanto para aqueles que as empregam como atividade prática, quanto para aqueles que as utilizam espontaneamente. E acrescenta:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como

⁵ Em seu Curso de Filosofia da Linguagem, aula 5:2 sobre "Os Sofistas", Marcuschi observa que a própria palavra *sofista* era um termo pejorativo, uma espécie de xingação, conotação esta que o termo ainda conserva. Mas convém lembrar que desde que Hegel mostrou pela primeira vez em sua história da filosofia a importância e originalidade dos sofistas, isto foi por todos reconhecido, o que é notável em se considerando que Hegel ainda não dispunha de todos os materiais que foram localizados posteriormente.

por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afectam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras se não aplicam a nenhum género específico de coisas (Aristóteles, Retórica, Cap. 2, p. 49).

Nesse caso, a persuasão está presente em qualquer campo do conhecimento, embora dela se ocupe especificamente a retórica. O filósofo destaca, então, dois modos de persuasão: aquele que não depende da criação do orador, isto é, já existe *a priori* ao discurso: são as leis, os testemunhos, os documentos escritos, etc.; e aquele que pode ser aplicado pelo método: são as provas técnicas ou artísticas, que se valem de meios de persuasão criados pelo orador.

Distinguem-se três espécies de persuasão fornecidas pelas provas técnicas ou artísticas: a persuasão derivada do carácter do orador, a derivada das emoções provocadas pelo orador no ouvinte e a persuasão derivada de argumentos verdadeiros ou prováveis. É possível identificar, nessa relação da persuasão com os meios pelos quais ela é alcançada, o carácter ativo da persuasão a que se refere Osakabe [1979] (1999), quando analisa a Retórica aristotélica. Segundo o autor, pode-se observar que o *discurso de um orador é uma ação em direção ao ouvinte; o objetivo desta ação é a persuasão que só se faz à medida que o discurso tenha um valor demonstrativo, revele o carácter do autor e chegue a tornar o ouvinte disponível à*

persuasão (Osakabe,1999: 158). A persuasão, nesse sentido, é algo que se constrói no discurso, por uma ação do orador sobre o seu público.

Na Retórica, Aristóteles definiu três gêneros de discurso: o deliberativo, o judiciário e o epidíctico. *Com efeito, o discurso comporta três elementos: o orador, o discurso de que se fala e o ouvinte. Ora é necessário que o ouvinte ou seja espectador ou juiz e que um juiz pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, o membro de uma assembléia; o que se pronuncia sobre o passado é um juiz; o expectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador* (Aristóteles, A Retórica, Cap. 3, p. 56). Os tempos para cada um dos gêneros são: para o que delibera, o futuro; para o que julga, o passado; para o gênero epidíctico, o presente.

Tal esquema permite considerar, a princípio, que o espaço de atuação discursiva do orador, definido por Aristóteles, é bastante restrito, alcançando apenas o campo político, o campo jurídico e o campo do elogio ou da censura (epidíctico). No entanto, a partir das considerações feitas por Osakabe a esse respeito, é compreensível por que o filósofo se limita a três espaços discursivos:

Observe-se, de início, que os retóricos se ativeram sobretudo ao gênero judiciário. A extensão da retórica aos gêneros deliberativo e epidíctico marcou uma progressão desse domínio, a partir do próprio conceito de retórica em Aristóteles. Se o que interessa à retórica é o persuasivo, Aristóteles não vê porque não atentar também para os

gêneros que têm essa finalidade persuasiva, dada a função política que os caracteriza (Osakabe,1999:158).

Mais adiante Osakabe acrescenta: *Se para Aristóteles, como afirma Médéric Dufour (...) a Retórica 'pourra remplir son rôle dans la cité, dans la politique', a única maneira de escolher o gênero é a partir das formas discursivas que têm efetivamente um papel na vida do Estado (Osakabe, 1999:158).*

Ora, compreende-se assim a razão que levou Aristóteles a descrever apenas os três gêneros de discurso, posto que esses constituem práticas discursivas atuantes nas instituições do Estado. Essa constatação só nos leva a admitir mais uma vez com Osakabe *a concepção ativa de Aristóteles sobre o ato do orador (Osakabe, 1999:160)*. Nesse sentido, Aristóteles se ocupa da linguagem como forma de ação verbal que tem como objetivo tornar o ouvinte disponível à argumentação, seja pelo caráter do orador, pela emoção despertada no ouvinte ou pelo próprio discurso, e aí se observa a linguagem considerada como prática social.

1.2. Perelman e A Nova Retórica

Com o triunfar do pensamento racionalista, a retórica de Aristóteles é relegada para dar lugar a uma concepção lógico-formal do conhecimento .

Um retorno à Retórica aristotélica é feito pela filosofia moderna, em Perelman [1979] (1996), para quem a argumentação é uma questão do conhecimento. *A Nova Retórica*, como o próprio autor admite na sua introdução, se configura como *uma ruptura com a concepção de razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos* (Perelman, 1996: 01).

O autor, ao recusar o pensamento cartesiano centrado no racionalismo, defende que o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, e não o das certezas do cálculo defendido pela lógica formal, nem o das comprovações obtidas pela experiência empírica como queriam os empiristas. Tanto empiristas quanto racionalistas só admitem como provas válidas aquelas reconhecidas pelas ciências naturais.

A crítica de Perelman, portanto, recai, efetivamente, sobre a compreensão da argumentação vinculada à *idéia de evidência* como característica da razão, e procura destinar um lugar a uma teoria da argumentação como prática ativa. Nessa perspectiva, a argumentação é encarada como *sinal* de verdade, isto é, a adesão do auditório ao discurso do orador não decorre da evidência de provas. Sendo assim, o objeto da argumentação é o estudo de mecanismos discursivos empregados para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhe são dirigidas.

É o próprio Perelman quem vai dizer que a sua opção pelo termo retórica e não pelo termo dialética, está relacionada aos usos dados historicamente a esse termo, tendo sido até mesmo usado para referir-se à própria lógica, ao passo que retórica sempre esteve vinculada à idéia de adesão dos espíritos aos quais se dirige o orador. Nesse sentido, o autor retoma a Retórica aristotélica, enfatizando o fato de que *é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve*, isto é, todo discurso, oral ou escrito, se dirige a um ouvinte.

Essa noção de argumentação, como tratada por Aristóteles, assegura, mais do que nunca, que o ato de argumentar se desenvolve em função das imagens que o orador faz do seu auditório. Mudando o auditório, conseqüentemente, muda-se o modo de argumentar. Não se admite, por essa via, a argumentação como um dado *a priori*, mas construído na relação orador/discurso/ouvinte.

Mas pensar em argumentos para influenciar o ouvinte não é nenhuma garantia de que o orador alcançará tal empreitada. Os fatos não falam por si sós, nem tampouco atingem implacavelmente a todos os espíritos. Por isso, Perelman (1996: 20) adverte: *Para que a argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção*. Conclui-se daí que o ato de argumentar se dá como um acordo entre o locutor e seu auditório. Os mecanismos discursivos que se instalam no ato da argumentação são construídos em função desse acordo que o locutor procura estabelecer com o ouvinte. Por isso mesmo,

como bem alerta Perelman, para que o discurso do orador goze de eficácia em relação ao seu auditório, ele deverá previamente conhecê-lo. Aqui também é impossível não estabelecer uma relação com os gêneros discursivos apresentados por Aristóteles : deliberativo, judiciário e epidíctico, uma vez que a cada gênero e tipo de orador corresponde um público ideal. Acresce-se ainda o tipo de reação que cada discurso nele provoca. Cada discurso é apropriado a um tipo de auditório.

Perelman (1996) postula que tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação dependem de acordo do auditório. O autor agrupa os objetos desse acordo em duas categorias: uma relativa ao *real*, que envolve os fatos, as verdades e as presunções e outra relativa ao *preferível*, que comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. A argumentação que versa sobre o *real* caracteriza uma relação do locutor com um auditório universal, isto é, *ele está se dirigindo a um auditório que supostamente representa toda a humanidade, ou pelo menos, todos os homens adultos* (Romualdo, 1995:64). Por outro lado, a argumentação que se assenta no campo do preferível evidencia que o locutor estabelece uma relação com um auditório particular. Os valores podem ser abstratos (justiça, veracidade) ou concretos (o Brasil, a igreja). A valorização do concreto e a valorização do único têm relações estreitas: *desvelar o caráter único de alguma coisa é valorizá-lo pelo próprio fato* (Perelman, 1996:87). A argumentação, se assenta tanto

em valores abstratos quanto em valores concretos. Quase sempre valores concretos são utilizados para fundamentar valores abstratos e vice-versa.

Além dos valores concretos e abstratos, a argumentação também se vale das hierarquias. As hierarquias também se apresentam como concretas (superioridade dos deuses sobre os homens, dos homens sobre os animais) ou abstratas (superioridade do justo sobre o útil).

No que toca aos lugares, Perelman (1996:94) argumenta:

Quando se trata de fundamentar valores ou hierarquias, ou de reforçar a intensidade da adesão que eles suscitam, pode-se relacioná-los com outros valores ou com outras hierarquias, para consolidá-los, mas pode-se também recorrer a premissas de ordem muito geral, que qualificaremos com o nome de lugares, os "topói", dos quais derivam os "Tópicos", ou tratados consagrados ao raciocínio dialético.

Como bem observa Perelman (op. cit. p. 94), Aristóteles distinguia os *lugares-comuns*, que podem se aplicar indistintamente a qualquer ciência e não dependem de nenhuma, dos lugares-comuns específicos, que se aplicam especificamente, quer a uma ciência em particular, quer a um gênero específico. Assim, Perelman chama de lugares as premissas de ordem geral que admitem valores e hierarquias, estudados por Aristóteles como lugares do acidente. Esses lugares são agrupados por Perelman como lugares *da quantidade, da qualidade, da*

ordem, do existente, da essência, da pessoa. Em nossas análises, nos deteremos, além das hierarquias, aos lugares da quantidade e da qualidade. Os argumentos que recorrem aos lugares da quantidade consideram que alguma coisa é melhor que outra por razões quantitativas; os lugares da qualidade se apresentam na argumentação quando se valoriza algo como único, como verdadeiro, com o qual o locutor mantém uma relação de singularidade.

Assim sendo, a teoria da argumentação tratada por Perelman está preocupada em compreender os mecanismos do pensamento na organização da argumentação. Não obstante a contribuição dos dois filósofos (Aristóteles e Perelman) como ponto de partida para se enfrentar a questão da argumentação, é importante tomar em conta a consideração aventada por Osakabe a esse respeito: *É verdade que ambos os filósofos não consideram a ruptura sistema-realização; Aristóteles, pela natureza prática de sua retórica, e Perelman, como resultado de uma tomada de posição contra esse tipo de ruptura, em favor do evidenciamento dos fenômenos de ordem temporal* (Osakabe, 1999:185). Apesar da pertinência de tais observações, é importante considerar que o pensamento de ambos é fundamental para os estudos posteriores acerca da linguagem, principalmente no que se refere à noção de linguagem como atividade social. Podemos observar que muitos trabalhos lingüísticos posteriores têm se inspirado expressamente na Retórica aristotélica e nos trabalhos de Perelman para explicar o funcionamento do discurso.

2. ENUNCIÇÃO, TEXTO, ARGUMENTAÇÃO

2.1. O quadro da enunciação

No contexto do estruturalismo, Benveniste retoma a velha tradição de considerar a linguagem como uma atividade social, formulando, assim, o conceito de enunciação que envolve uma relação do locutor com a língua. Tal formulação teórica reflete a recusa do autor à noção de linguagem como instrumento de comunicação, através do qual o homem apenas veicula seus pensamentos. O locutor se apropria da língua, pondo-a em funcionamento e assim se institui como sujeito da enunciação porque a língua mesma contém marcas para isso.

Para Benveniste, o sujeito, ao designar-se como *eu*, instala um *tu* como ressonância do seu dizer. E, assim, a linguagem é, inevitavelmente, subjetiva. Qualquer processo de comunicação que daí decorra, é apenas consequência desse diálogo.

Dispondo a língua de marcas, estas possibilitam ao homem, ao dizer, introduzir no centro da enunciação o sujeito, marcando, portanto, sua posição por recursos da própria língua. Para isso, Benveniste vai se servir de formas lingüísticas, tais como a dupla categoria de pronomes (de pessoa e de não-pessoa) para argumentar que, pelo uso dos pronomes de pessoa - o par *eu/tu* -, o sujeito, ao se enunciar como locutor, está, ao mesmo tempo constituindo o outro da sua

enunciação. Dessa forma é que para Benveniste [1974] (1989), a subjetividade está, decisivamente, no exercício da língua.

Observa Benveniste que os pronomes são uma classe de palavras que só tem referência no contexto da enunciação, isto é, *só tem referência atual*. É na instância do discurso que o sujeito, ao apropriar-se de formas da língua, refere à sua pessoa definindo-se ao mesmo tempo a si como *eu* a ao outro como *tu*⁶.

Com a mesma preocupação, o autor assinala que as *dêixis* de lugar e de tempo cumprem a função de apontar para o lugar e o tempo da enunciação, sempre em relação a um sujeito que se instala no ato da enunciação.

O tempo também é um elemento da subjetividade, posto que a noção de tempo, na língua, só se organiza em relação a um presente que é o tempo irrepetível da enunciação, organizando-se sempre em torno de um sujeito. Nesse sentido, é somente a partir do presente da enunciação que se constituem o passado e o futuro.

Considera ainda como marcas de subjetividade da língua, alguns procedimentos sintáticos através dos quais o locutor atua sobre o outro. Dentre eles, cita-se a interrogação, cujo emprego exige sempre uma resposta do

⁶ Ducrot (1972: 11) observa que *o emprego do eu (o mesmo poderia ser dito do tu) constitui, um aprendizado e um exercício constante de reciprocidade. Insere cada diálogo no quadro geral de um reconhecimento dos indivíduos, uns pelos outros*. Para o autor, é isso que Benveniste mostra quando fala que os pronomes pessoais marcam no interior da língua a presença subjetividade.

interlocutor. De modo semelhante, impõem-se as formas imperativas e o vocativo, cujo funcionamento só se concretiza numa relação entre sujeitos.

Para o autor, a asserção também constitui um processo lingüístico que só se efetiva na enunciação, ainda que nem sempre disponha de elementos dêiticos, como os demais processos. Pode-se dizer, então, que a linguagem é irremediavelmente intersubjetiva, posto que falar é sempre dar a conhecer ao outro o sentido do dizer.

A concepção de que a língua contém marcas próprias de intersubjetividade é uma noção que mais tarde também se verifica em outros trabalhos, como os de Ducrot (1972, 1973, 1974), por exemplo, ao formular uma semântica lingüística, cujos mecanismos são possibilitados na própria tessitura do enunciado.

2.2. O texto na constituição dos sentidos

No quadro da teoria de texto, Marcuschi postula que o texto deve ser visto como:

o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema lingüístico numa ocorrência comunicativa.

Não é uma configuração produzida pelas simples união de

morfemas, lexemas e sentenças, mas o resultado de operações comunicativas e processos lingüísticos em situações comunicativas (Marcuschi, 1983: 10-11).

Nesse mesmo quadro teórico Koch (1997: 22) define texto como:

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão dos conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

A partir dessa concepção, defende-se que texto é evento e, como tal, serve-se das possibilidades oferecidas pelo sistema lingüístico em contextos sócio-históricos que determinam a construção dos sentidos. Assim sendo, descarta-se a idéia de texto enquanto sistema virtual: o texto é encarado como uma *atividade concreta e atual*, posto que não se configura como uma seqüência de frases justapostas, pois estas não são suficientes para garantir a unidade de sentidos, já que esta reside no nível da coerência textual.

Ao tratar-se da atividade argumentativa como condição da linguagem, leva-se em consideração, neste trabalho, que as atividades de formulação e

reformulação textual são atividades formulativas realizadas pelo falante/escritor, que atuam decisivamente como orientações argumentativas do texto. Assim, pode-se dizer que as relações estabelecidas entre enunciados funcionam como marcas da atividade argumentativa, que são responsáveis pela tessitura textual, a textualidade. Koch (1984:31), ao discutir os graus de complexidade que envolvem as relações textuais (morfossintáticas, fonológicas, suprasegmentais, sintático-semânticas, etc.), ressalta que tais relações, se consideradas sob a ótica discursiva, adquirem outros graus de complexidade, ou seja, levando em conta o evento de enunciação em que tais relações ocorrem, estabelecem-se outras relações a que a autora denomina *ideológicas* ou *argumentativas*. Desse modo, cada texto carrega em si a *argumentação como atividade estruturante*⁷, que se apresenta marcada na formulação textual e se desenvolve de acordo com os propósitos do locutor em relação ao outro.

Ora, se o texto se realiza num ato de interlocução, é preciso levar em alta conta também o papel do interlocutor no processo de organização textual, posto que o locutor estrutura o seu discurso tendo em vista interferir sobre opiniões, convicções, julgamentos do outro. Sobre isso, é Geraldi (1981:67) quem nos diz:

⁷Tratando desse assunto, Geraldi (1981: 70-71), procura estabelecer a diferença entre argumentos e argumentação, postulando que *os argumentos resultam das condições de produção de um dado discurso*", ao passo que *"a argumentação (...) é a atividade de estruturação lingüística dos 'fatos', 'dados', etc."*

(...) como a argumentação se dirige a sujeitos, é importante considerar a presença do interlocutor na atividade argumentativa desenvolvida no discurso, pois os argumentos de que se servirá o locutor, sua hierarquia, etc. dependem (...) da imagem que o locutor faz do interlocutor.

Na ação argumentativa, as imagens do locutor sobre o seu interlocutor determinam escolhas de formulações e reformulações e, nesse percurso, os enunciados reformuladores vão retomando um já-dito para re-significar um dizer, fazendo avançar o texto para um determinado fim.

Além das imagens que o locutor cria do interlocutor, que determinarão escolhas argumentativas que fazem avançar o texto, como nos diz Geraldi (1981), entram também em questão, na estruturação do discurso, as relações de obrigação que se criam para os interlocutores na ação discursiva. O discurso contém em si mesmo uma deontologia que impõe certas obrigações jurídicas. O cumprimento de tais obrigações é que dá o movimento argumentativo ao texto (cf. Ducrot, 1984).

Portanto, saber de que maneira significa um enunciado do texto é saber como ele faz parte da composição do todo textual. Assim sendo, ao tomarmos para análise enunciados de reformulação textual, o que se configura como mais importante para nós não é a sua relação linear com outro enunciado, mas os efeitos de sentido que esses enunciados produzem para fazer significar de algum modo o texto como um todo.

De acordo com essa compreensão, o processo de formulação textual não se constitui apenas da justaposição de enunciados, posto que fatores vários (lingüísticos e extra-lingüísticos) concorrem para definir relações entre um enunciado e outro. Nesse sentido, Bréal [1897] (1992:102) já advertia: (...) *a linguagem, além de possuir suas próprias leis, recebe a repercussão dos acontecimentos exteriores, acontecimentos que escapam a qualquer classificação.*

Assim, prevalece neste estudo, uma compreensão de atividade textual como prática discursiva que se define *na* e *pela* atividade interacional, e para isso leva-se em consideração que: i) as atividades de formulação textual atuam como marcas de orientação argumentativas; ii) cada texto carrega em si a atividade estruturante motivada pela dinâmica da interlocução; iii) as imagens que o locutor faz do interlocutor e vice-versa determinam escolhas de estratégias argumentativas; iv) os efeitos de sentido produzidos pelas relações textuais se dão segundo as condições histórico- discursivas em que o texto aparece.

2.2.1. Texto oral e texto escrito

Tratando-se de um trabalho que pretende analisar o fenômeno da paráfrase em textos orais, parece necessária uma breve abordagem, que torne explícita, ou pelo menos contenha implícita, a concepção adotada, no que se refere à relação que envolve fala e escrita.

Observa-se que este é um tema do qual muitos estudos têm-se ocupado. No entanto, não tem sido tratado consensualmente, sem controvérsias, talvez pela complexidade que envolve as atividades sociais realizadas por uma ou outra modalidade, ou por ambas. Alguns estudiosos têm optado por compreender tal relação ao nível dos constituintes formais da língua, ou seja, a reflexão incide sobre a dicotomia entre fala e escrita, levando em consideração apenas o código lingüístico; outros centram a ênfase nos processos de interação verbal em que ocorrem a fala e/ou a escrita, enquanto eventos discursivos no contexto das práticas sociais.⁸

Marcuschi (2000b) observa ser esse um tema bastante antigo que remonta à tradição ocidental, iniciada por Platão. Para este, a fala detinha mais valor do que a escrita, posto que o ouvinte seria muito mais estimulado pela palavra falada, sendo levado a fixar na mente o que ouve, enquanto a escrita levaria o leitor à comodidade, já que não seria necessário memorizar o discurso escrito.

Essa descoberta [das letras do alfabeto] fará que na alma de quem aprende encontre lugar e esquecimento pelo descuido da memória, porque, confiando na escrita, eles se recordarão das coisas, de fora, por meio de sinais estranhos e não de dentro de si mesmos por seus próprios recursos (Platão, Fedro, 275^a citado por Plebe, 1968).

⁸ Esse assunto tem sido largamente discutido por Marcuschi (1994; 1995; 1999; 2000a; 2000b; 2001) e Koch (1997), dentre outros.

A preocupação de Aristóteles, por seu turno, contrariamente à de Platão, reside na natureza da fala e da escrita. Com efeito, Haveloch [1982] (1996), em uma interessante análise sobre os efeitos da invenção da escrita na cultura oral grega, afirma que a confusão entre fala e escrita é encontrada em Aristóteles no momento em que ele, ao referir-se à função dos lábios e da língua, na produção dos sons, emprega o termo *gramma* (palavra grega que significa literalmente *uma letra desenhada ou gravada*) no sentido de unidade mínima de som. A partir de então firma-se a idéia de que a língua só pode ser pensada na sua modalidade escrita.

Hoje, nas sociedades modernas, a confusão permanece, talvez em maior grau, e de forma invertida: se na tradição ocidental o privilégio era da fala, hoje a escrita se impõe à fala. De modo que este permanece um tema bastante atual e os estudiosos que dele vêm-se ocupando o fazem sob as mais variadas perspectivas⁹.

Marcuschi (1994, 1995, 2000b) e Koch (1997) tratam a questão da relação fala e escrita na perspectiva do *contínuo dos gêneros textuais*, isto é, a relação entre fala e escrita não se efetiva linearmente, mas dentro de um domínio discursivo que não está diretamente vinculado a uma modalidade específica da língua. Esse domínio discursivo se realiza na forma de gêneros textuais que, muitas vezes, se mesclam nas práticas sociais. Tais gêneros vão desde o mais formal ao menos formal, nos mais variados contextos sociais. Quanto a isto, diz Marcuschi (1995:06):

⁹ Marcuschi (1995) diz que a relação fala/escrita é vista sob as seguintes perspectivas: *dicotômica*, cuja ênfase se centra no código lingüístico; *fenomenológica* de caráter culturalista; *variacionista* e *interacional*.

o uso da escrita na sociedade pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas sabe o valor do dinheiro, sabe o ônibus que deve tomar, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas e sabe muitas outras coisas, mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática.

Assim, estudos realizados acerca do assunto vêm constatando cada vez mais que fala e escrita não são formas dicotômicas, mas duas modalidades de uso da língua que devem ser analisadas sob a perspectiva de usos e não de formas. O que determina as diferenças ou semelhanças entre uma modalidade e outra são os eventos discursivos em que se acham inseridas. Portanto, definir uma modalidade como mais formal ou menos formal é não considerá-la na sua realização concreta. Para Koch (1997:9-12):

O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao pólo da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros) existindo, ainda, tipos mistos, além de outros intermediários.

Talvez a discussão se tornasse mais produtiva se se perguntasse pelos sentidos que as duas modalidades evocam na relação de poder no interior da sociedade. Conseqüentemente, seria possível concluir que os valores atribuídos à escrita, desde a sua invenção, são de outra ordem e não valores que lhe sejam imanentes, ou que tenham relação direta com processos cognitivos mais complexos. O que se observa é que, com o desenvolvimento tecnológico, novas formas de pensamento são demandadas e, sendo a escrita uma dessas invenções tecnológicas, conseqüentemente passa a exigir novas formas de pensamento. Mas é preciso ressaltar que a escrita simplesmente não é suficiente para produzir conhecimento. Temos elementos suficientes que nos revelam que outros fatores (culturais, históricos, ideológicos, cognitivos, etc.) entram em jogo ao lado de representações lingüísticas para produzir conhecimento.

Tanto a modalidade oral quanto a escrita são repletas de subentendidos e pressupostos. Qualquer valor que venha a ter a escrita numa relação de superioridade à fala, ou vice-versa, este não lhe é imanente, mas atribuído por um grupo social que a legitima como representação simbólica de poder no seio de uma sociedade.

O presente trabalho se insere numa perspectiva que considera que as relações entre língua e fala devem ser vistas como práticas sociais produzidas em situações específicas de interação social. O texto, tanto oral quanto escrito, não se caracteriza apenas e simplesmente pela sua organização formal (justamente pelo

que ela contém de insuficiente para produzir sentidos), mas pelo conjunto de fatores que concorrem discursivamente para produzir textualidade.

2.3. Argumentatividade

As considerações de Benveniste acerca da enunciação como constitutiva da linguagem parecem pertinentes para que se compreenda como Ducrot vai elaborando e reelaborando a sua teoria no interior da semântica argumentativa, mantendo em muitos aspectos o pensamento benvenistiano.

Segundo Ducrot (1984), a concepção tradicional de argumentação, amparada num contexto lógico-formal, encara o argumento produzido pelo falante em relação a um ouvinte como algo que está ligado a situações externas à língua.

Refutando um diálogo com a lógica formal, o autor vai tratar a argumentação como uma atividade constitutiva da linguagem. Embora as situações comunicativas obriguem o emprego de determinados recursos argumentativos para orientar para esta ou aquela conclusão, esses recursos são intrínsecos à língua, isto é, são constitutivos da língua.

A fim de exemplificar tal noção de argumentação marcada na língua, e não externa a ela, tomemos os segmentos abaixo:

(a) O aluno estudou pouco.

(b) O aluno estudou um pouco.

Embora os dois enunciados sejam empregados em situações distintas, o conteúdo de um ou outro tem a mesma *identidade factual*, ou seja, o mesmo valor informativo. Entretanto, tais enunciados correspondem a orientações argumentativas diferenciadas. Os conteúdos de *a* e *b* não orientam o enunciado para uma mesma conclusão, posto que *pouco* orienta para a conclusão *não estudou*; enquanto *um pouco* orienta para a conclusão *estudou*. Resulta que a diferença entre os dois enunciados não reside no nível da informação, mas da argumentação, isto é, a diferença entre os dois enunciados não se deve ao valor descritivo que um e outro enunciados veiculam, mas a possibilidades argumentativas distintas que os operadores *pouco* e *um pouco* apresentam no enunciado em que aparecem.

Nesse caso, Ducrot defende ser a argumentação determinada pela frase onde ela ocorre e não pelo conteúdo que o enunciado veicula. Assim sendo, a *argumentação está na língua*.

Em *Dire et ne pas dire* (1972), numa reformulação de sua teoria apresentada pela primeira vez em 1969, Ducrot admite que o enunciado pode sofrer um desdobramento, constituindo assim um ato de asserção (*o posto*) e um ato de pressuposição (*o pressuposto*). O *posto* corresponde ao que o locutor afirma, isto é, ao conteúdo do enunciado. O *pressuposto*, por seu turno, é um fenômeno acionado pela própria língua, e se apresenta como pertencendo ao domínio do

locutor e do interlocutor, como se ambos não pudessem deixar de aceitá-lo. Assim, o *pressuposto* não pertence ao enunciado da mesma forma que o *posto*. A respeito do *pressuposto*, diz Ducrot (1984:20): *ele é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso.*

Para melhor definir a noção de *pressuposto*, Ducrot (1972:88), situando a pressuposição entre os atos de linguagem, a saber, os performativos, discutidos por Austin, recorre à noção de ato jurídico: *o ato ilocucional aparece então como um caso particular de ato jurídico, como um ato jurídico realizado pela fala.* Com isso quer dizer que a língua é um tratado de obrigações, isto é, o dizer obedece a uma normatividade que ele próprio contém, e, por isso mesmo, os atos de enunciação são exercícios desse ato de obrigação, dessa deontologia. Consideremos o seguinte exemplo:

O ônibus chegou atrasado.

O *posto* é que o ônibus estava atrasado e o *pressuposto* é que o ônibus chegou, (e não o caminhão, a perua, etc). Como se observa, o *pressuposto* estabelece algo que é dado como o acordo da interlocução. Além disso, funciona como o comprometimento da verdade daquilo que está sendo dito. Esse acordo jurídico é que possibilita o encadeamento do diálogo entre os interlocutores.

O critério empregado para comprovar a existência de *pressuposto* é a submissão do enunciado a modificações sintáticas, tais como a interrogação e a negação ou ainda ao encadeamento entre orações. Tais procedimentos mostram que o *pressuposto* de um enunciado se mantém inalterado mesmo com transformações sintáticas. No exemplo:

O ônibus chegou atrasado, por isso não viajamos,

o encadeamento recai sobre o conteúdo *posto* (o fato de o ônibus estar atrasado) e não com o *pressuposto* (o fato de ter sido o ônibus que chegou). Da mesma forma, submetendo o mesmo enunciado à negação ou à interrogação (*O ônibus não chegou atrasado; O ônibus chegou atrasado?*), é possível observar que tanto a negação quanto a interrogação não incidem sobre o *pressuposto* e sim sobre o *posto*.

Um terceiro elemento de significação introduzido por Ducrot foi o *subentendido*, caracterizado como produção de *efeitos de sentidos*. Ou seja, trata-se de conclusões a que chega o interlocutor, considerando as condições de produção do enunciado. De outro modo, o *subentendido* é o *pressuposto* dado no contexto, derivado da situação de produção, isto é, é um sentido acrescentado ao sentido literal do enunciado e de cuja responsabilidade o locutor pode se eximir.

Ao reexaminar a distinção anteriormente feita entre *pressuposto* e *subentendido*, Ducrot (1972) é levado a considerar que a *pressuposição* pode ocorrer ao nível do enunciado. E, assim sendo, o *pressuposto* se refere a um ato

de fala ilocutório não porque é algo que se manifesta apenas na língua, mas porque é originado da enunciação. Assim, os critérios clássicos para sua classificação ou identificação passam a servir apenas para indicar os pressupostos marcados no enunciado, isto é, manifestados desde o componente lingüístico. Outros pressupostos são determinados pelas condições de enunciação, como os subentendidos.

A partir dessa compreensão, descrever um enunciado requer uma incorporação da enunciação, ou seja, toda explicação semântica de um enunciado exige a presença da enunciação e, portanto, a enunciação é um elemento da língua e não externo a ela. Por essa via, Ducrot rejeita a concepção de atos ilocutórios como algo independente da enunciação:

(...) não haverá, então, mais necessidade de atribuir aos enunciados (considerados como fórmulas) uma eficácia independente, já que a eficácia pertence agora aos atos de enunciação (e com a condição, ainda, de manter-se no "espaço ideal" de que cada um pretende ser origem) (Ducrot, 1984: 85).

Para Ducrot, todo dizer compõe-se sempre de dois dizeres: um que assevera, a saber, aquele que se compromete com as condições de verdade do enunciado¹⁰, e um dizer que, da maneira como está organizado, aponta para uma

¹⁰ Segundo Ducrot (1984:140), esse dizer corresponde ao dizer₁ a que ele chama de "asseverar". É a noção que pode ser julgada em termos de falso e verdadeiro. O outro dizer₂ é aquele que "mostra" como a enunciação deve ser vista. No dizer do autor, é o retrato da sua enunciação.

determinada conclusão. Assim, um enunciado interrogativo tem em si a indicação de sua própria enunciação, de maneira que a sua enunciação obriga o interlocutor a respondê-la, ou seja, há uma obrigatoriedade inscrita na língua que não obedece a uma necessidade lógica, a nenhum esforço intelectual por parte do locutor. São responsabilidades que a própria língua imputa ao locutor.

Da mesma forma, um enunciado de ordem ou pedido, ao ser produzido, instala uma mudança de comportamento jurídico no destinatário. A enunciação impõe ao interlocutor determinadas atitudes. É nesse sentido que o autor defende que determinados modos de dizer impõem aos interlocutores determinadas obrigações:

Utilizando um enunciado interrogativo, pretende-se obrigar pela própria fala, a pessoa a quem se dirige a adotar um comportamento particular, o de responder, e do mesmo modo, pretende-se incitá-lo a agir de uma certa maneira, se se recorre a um imperativo, etc.
(Ducrot, 1984:163).

Uma das conseqüências dessa reflexão é a de considerar o ilocutório como um fenômeno da enunciação, descartando assim *a crença no poder das palavras*. Há, nesse quadro, como bem observa Ducrot, um deslocamento de eficácia da palavra para a fala. É por essa via que o autor reformula a maneira como admitia o pressuposto - considerado apenas como algo marcado na língua - e passa a admitir a sua manifestação também como resultado de interpretação determinada pelas condições de produção.

Mas, tanto marcado na língua quanto determinado pelas condições de produção, o pressuposto é uma questão de encadeamento do enunciado: a pressuposição tem a capacidade de estabelecer regras para a continuidade do diálogo. Daí se depreende que o pressuposto é o fio condutor do discurso, constitutivo de sua estruturação, sem o qual a dialogicidade entre locutor e interlocutor não ganharia fluxo.

A pressuposição passa a ser um tratado de deveres; é a maneira como o locutor quer que o destinatário veja seu enunciado. Nesse caso, postula Ducrot ser o pressuposto um elemento do sentido como retrato da enunciação, uma vez que ele mostra ao interlocutor para onde devem caminhar suas conclusões, sob pena de impedir o prosseguimento do diálogo. E, assim, a pressuposição estabelece o quadro da enunciação como algo que é dado como acordo da interlocução.

Com a teoria das Escalas Argumentativas, Ducrot (1973) passa a observar que a língua não só argumenta, mas também organiza os argumentos numa hierarquia.

Nesse sentido, as Escalas Argumentativas são definidas como um conjunto de enunciados orientados hierarquicamente para uma mesma conclusão, de tal forma que, supondo-se que dois enunciados p e p' , numa EA, apontem para a conclusão r , sejam argumentos a favor de r . Por exemplo:

1. A confraternização foi um sucesso.

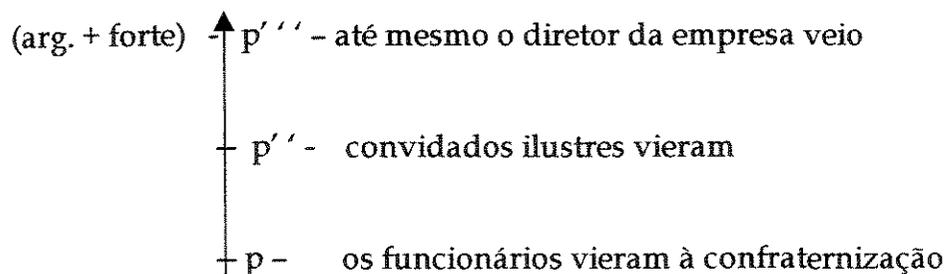
arg. 1. Os funcionários vieram à confraternização.

arg. 2. Convidados ilustres vieram.

arg. 3. Até mesmo o diretor da empresa veio.

A escala argumentativa é comumente apresentada da seguinte forma:

R: A confraternização ocorreu com sucesso:



Assim sendo, *até mesmo* introduz um enunciado que se apresenta como o mais forte da escala. Dessa feita, é que se pode dizer que *até* é um operador que ordena enunciados argumentativos.

O mesmo se pode observar com o operador *nem mesmo*, só que ordenando conjuntos de enunciados que apontam para a negação da conclusão, ou seja, numa posição inversa da escala. Exemplo:

2. A confraternização não obteve sucesso.

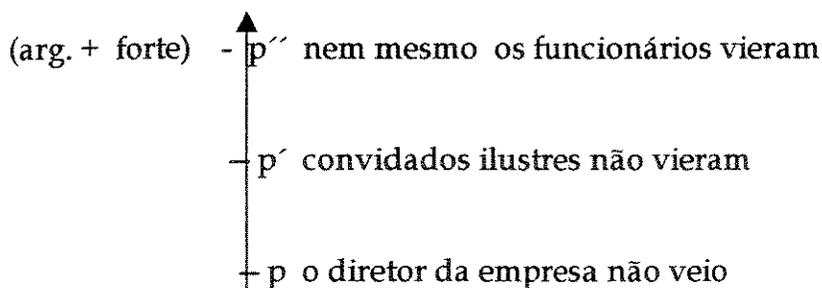
Arg. 1. O diretor da empresa não veio.

Arg. 2. Convidados ilustres não vieram.

Arg. 3. Nem mesmo os funcionários vieram.

Dispondo tais argumentos na escala argumentativa, têm-se:

R: A confraternização não obteve sucesso:



O movimento de sentido, na escala argumentativa, aponta para a negação da mesma conclusão.

Embora não seja tema de investigação no presente trabalho, levantamos a hipótese de que a adjetivação, ao predicar X , torna $A(x)$ um argumento, ou seja, pode interferir na argumentação. Vejamos: se a palavra *convidados* disposta na escala de argumento viesse desprovida do adjetivo *ilustre*, é possível que o segundo enunciado estivesse no mesmo nível de argumentação do enunciado: *os funcionários vieram à confraternização*. Com a presença do adjetivo, o segundo enunciado alcança grau mais alto na escala, ou seja, revela-se como argumento mais alto na escala. No caso das paráfrases, quando parafraseio o argumento X (restringindo-o ou ampliando-o), o enunciado parafrástico é que vai constituir, na escala, o argumento de maior peso, como veremos adiante.

3. PROCESSO DE FORMULAÇÃO TEXTUAL

Como estratégias de formulação do texto falado podem-se citar a *inserção*¹¹ e a *reformulação*. A reformulação realiza-se basicamente por meio de *repetições, parafraseamentos e correções*.

Ao contrário do que se possa pensar, essas estratégias de formulação não são meras repetições, apagamentos, etc., daquilo que se disse, ou seja, não constituem recursos descartáveis da produção textual. O que se leva em conta são os deslocamentos de sentido provocados por essas atividades no processo de formulação textual. Estes são mecanismos próprios da atividade de formular e constituem em si formas de produzir sentidos. Como diz Marcuschi (1996: 96): ... *repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa*. Mesmo tratando-se da paráfrase, que constitui um dizer com outras palavras para gerar *identidades referenciais*, é possível trabalhar a hipótese de que há deslocamentos de sentidos no percurso da reformulação que não devem ser identificados como um simples modo de dizer a mesma coisa com outras palavras.

Segundo Koch (1997), toda e qualquer produção lingüística resulta de um trabalho conjunto realizado pelos interlocutores. Essa atividade conjunta

¹¹ As inserções, de acordo com Koch (1997), têm, em geral, a função de facilitar a compreensão dos interlocutores. Através das inserções introduzem-se: explicações ou justificativas; comentários metaformativos, formulação de questões retóricas, comentários jocosos, etc. Veja exemplificações das várias funções da inserção em Koch (1997:66-68).

pressupõe uma competência lingüística evidenciada por uma certa regularidade presente nos processos de construção textual. Trata-se de uma sistematicidade marcada no texto como resultado de atividades interacionais que constituem o fazer textual. Hilgert (1989:20) discute muito apropriadamente o papel particular da atividade de formulação textual em relação às atividades elocucionais. Nesse sentido, o locutor, ao produzir sua enunciação, o faz para atingir de algum modo o interlocutor. Para alcançar o sucesso desse propósito, exige-se uma enunciação adequada e, para tanto, o locutor recorre, quantas vezes achar necessário, a vários recursos de formulação. Assim sendo, a atividade de formulação textual é movida por um *projeto de dizer* do locutor e não uma mera atividade informacional.

Observa Hilgert que, em se tratando do texto oral, planejamento e organização textual são atividades simultâneas, constitutivas do fazer textual, isto é, planejamento e construção do texto, na língua falada, se efetivam no próprio desenrolar da organização textual.

Tratando da noção de formulação do texto falado, especificamente, Hilgert (1989: 136) adverte quanto aos equívocos que podem ocorrer na definição dessa atividade, a saber:

- a) formular não é só planejar
- b) formular não é uma simples seleção de recursos lingüísticos.

No primeiro caso, tomar as duas interpretações isoladamente pode resultar numa concepção errônea do processo de produção textual, posto que planejamento e construção textual são atividades que se realizam

simultaneamente. No segundo caso, é errônea a compreensão de que o planejamento da atividade textual conta apenas com um repertório lingüístico ao qual o locutor possa recorrer para organizar o texto. As alternativas de formulação são determinadas na própria atividade textual à medida que as necessidades vão surgindo no processo de interlocução, isto é, *é no e pelo* ato de enunciação em que o texto se desenvolve.

No texto oral, muito mais do que no escrito, evidenciam-se as ações de planejamento simultâneas à realização da atividade enunciativa. Ou, melhor dizendo, é a situação de enunciação que direciona o dizer e para isso o locutor recorre a determinadas estratégias de formulação, tendo sempre em vista alcançar o interlocutor. Nas palavras de Hilgert (1993: 107):

(...) destaque-se a simultaneidade desses dois procedimentos: construir o texto falado é desenvolver-lhe o planejamento, na medida em que evolui o processo de formulação. Na realização da atividade comunicativa, a intenção não é anterior à reformulação. A intenção é "construída" na e pela formulação, e o planejamento de uma atividade comunicativa só se completa com a construção do enunciado concluída.

Nesse sentido, o processo de formulação resulta de atitudes tomadas pelos interlocutores e movidas por um ato jurídico que se impõe ao dizer¹². Tanto locutor quanto interlocutor se vêem inseridos num acordo de levar adiante a interlocução. Nesse caso, a formulação seria a explicitude desse acordo que dá fluxo ao texto. Ainda que o interlocutor não interfira lingüisticamente no planejamento e realização do texto, há subentendidos e pressupostos que levam o locutor a tomar decisões ao formular o texto, para atingir os seus propósitos. É possível admitir que é a partir desse acordo entre parceiros que o texto se desencadeia, construindo assim a coerência textual.

Gülich (1992:140) destaca dois tipos de atividades distintas efetuadas pelos interlocutores na atividade discursiva: i) a atividade de verbalizar, isto é, de dar uma forma verbal aos conteúdos cognitivos: o emprego de palavras (*“la mise en mots”*) e ii) a atividade de retrabalhar enunciados já produzidos: a reformulação. Para a autora, tais atividades se distinguem, por um lado, pelo fato de constituírem duas fases sucessivas da produção textual; por outro lado, são atividades inseparáveis, posto que são concluídas simultaneamente, isto é, à medida que o discurso avança com o emprego de palavras, no texto, o locutor retoma, completa ou modifica o discurso anterior.

Assim, Gülich assinala que os fatos lingüísticos correspondentes a esses dois tipos de atividades devem ser analisados em duas perspectivas

¹² A noção de ato jurídico corresponde à noção desenvolvida por Austin ao comparar atos de linguagem com ações jurídicas.

distintas:

- i) a produção de enunciados conversacionais deve ser encarada como 'processo' que se desenvolve no tempo e no qual pode-se distinguir diferentes fases;
- ii) a produção de enunciados se faz na e pela interação, isto é, os interlocutores estão sempre empenhados na co-elaboração dos enunciados, ainda que um único locutor detenha a fala.

Por essa compreensão, que é também a que defendemos neste trabalho, descarta-se qualquer posição que conceba o ato de formulação decorrente pura e simplesmente de uma atividade lingüística pela qual o enunciador tenta encontrar condições favoráveis à compreensão do interlocutor. Tal visão de produção textual pode incorrer numa compreensão simplista de que o locutor detém um poder unilateral de construção textual.

Nesse sentido, Gülich e Kotschi (1987a) apud (Hilgert, 1989:145) previnem que a noção de proposta de compreensão apresentada por Antos¹³, segundo a qual o interlocutor corresponderia àquele que teria liberdade para aceitar ou não as estratégias de formulação, pode levar à falsa idéia de que *o enunciador deixa o enunciatário inteiramente livre para compreender o que quiser*. Na verdade, na atividade discursiva, o locutor quer levar o interlocutor a

¹³ Antos (1982) citado por Hilgert (1989:145), defende que ao enunciador está reservada a tarefa de elaborar uma proposta de comunicação capaz de levar o enunciatário à compreensão.

determinadas ações à medida que ele mostra ao interlocutor como deve ser visto o seu dizer. Não se trata, portanto, de uma mera atividade de possibilitar a compreensão do ouvinte.

Segundo Motsch e Pasch (1987:27-28) apud (Hilgert, 1989: 145), *são três, em princípio, as reações possíveis do ouvinte, correspondentes a três objetivos comunicacionais básicos do falante: a) que o ouvinte responda a uma pergunta; b) que o ouvinte creia em algo; c) que o ouvinte realize uma ação.*

Ora, assim sendo, pode-se dizer que a atividade de reformular é resultado de tentativas do locutor de fazer o interlocutor ver a sua enunciação como tal, ou seja, há uma obrigação instalada no rearranjo da organização textual que conduz as conclusões do ouvinte/leitor para um determinado fim.

3.1. A reformulação textual: uma atividade de formulação

No quadro das atividades de formulação textual há um desdobramento em atividades consideradas metaformativas, isto é, atividades que consistem em reformular formulações. Consideram-se como atividades de reformulação a *correção*, a *paráfrase* e a *repetição*.

Tratando da reformulação, Hilgert a define como procedimentos adotados pelos interlocutores para resolver *problemas de compreensão*. Assim, quando o falante, ao adotar uma alternativa de construção textual, por algum

motivo, recorre a outra formulação, ele está exercendo uma atividade de reformulação textual que, segundo o autor, ocorre em função de problemas com os quais se deparam os falantes no processo de formulação textual.

Esses procedimentos envolvem corrigir, precisar, parafrasear, repetir, resumir. Adotando a concepção de Antos, Hilgert (1989:154-155) sugere que o texto pode ser definido como resultado de sucessão de problemas que, ao serem resolvidos, constituem a própria atividade de formulação textual. Com isso, o autor quer dizer que formular texto e resolver problemas de formulação textual são duas atividades que correspondem à prática de produção textual.

No entanto, Koch & Souza e Silva (1996), ao analisarem processos parafrásticos na organização de textos orais, concluem que tal mecanismo não se aplica unicamente a *corrigir problemas*. Segundo as autoras,

(...) em formulações altamente fluentes¹⁴ encontram-se inserções e ralentamentos do fluxo informacional, com presença de paráfrases e repetições que, no caso, não visam em absoluto a corrigir 'problemas' de formulação, mas, pelo contrário, desempenham funções importantes- argumentativas, retóricas, didáticas (Koch & Souza e Silva, 1996:381).

¹⁴ Consideram-se formulações fluentes aquelas que ocorrem a) sem qualquer descontinuidade tópica; b) com ralentamento em razão de descontinuidades lineares (inserções no tema) ou com simples ralentamento do fluxo interacional (algumas repetições), c) com reformulações retóricas. Considera-se reformulações disfluente aquelas que apresentam dificuldades de processamento (hesitação) e as que se destinam a resolver problemas textuais manifestados (repetição, correções, paráfrases).

Ora, é possível admitir que a reformulação textual ocorra em função de *problemas* desde que se inclua nos problemas de formulação a atividade argumentativa que desloca certas compreensões para outras em função do *projeto de dizer* do locutor. Nesse caso, os problemas que levam à reformulação de enunciados estão vinculados ao interesse do locutor em orientar conclusões do seu parceiro, por isso mesmo, reformula o enunciado de acordo com seu intuito discursivo. Trata-se da *compreensão responsiva* ativa de que fala Bakhtin [1929] (1988:298), para quem todo dizer visa sempre a uma resposta do outro, e para isso o locutor busca influir sobre o seu interlocutor para suscitar-lhe uma reação, uma *réplica*. Importa dizer, então, que a escolha dos enunciados parafrásticos, no caso, nem sempre se realiza por incompreensão de conteúdo por parte do interlocutor, mas em função de uma dada compreensão provocada pelo locutor.

Geraldi (1991:18) argumenta que *no processo de compreensão ativa e responsiva, a presença da fala do outro deflagra uma espécie de "inevitabilidade de busca de sentido": esta busca, por seu turno, deflagra que quem compreende se oriente para a enunciação do outro*. Compreendido assim o trabalho de produção e compreensão do sentido, admite-se que a atividade parafrástica decorre de um trabalho dos sujeitos, que envolve recursos expressivos e recursos da situação em função do *projeto de dizer* do locutor.

Vejamos, por exemplo:

Texto 1

L1 - Arte pela arte é uma coisa que todos nós devemos questionar

e não é ruim...e não é ruim o questionamento

o que é o original?

M ¹⁵		o original para mim é o marco zero...
P/M		<u>é a primeira inspiração...</u>
P/M		<u>é o momento LUZ..</u>
P/M		<u>é a LUZ</u>

(SI 7, F1A, Mb)¹⁶

Texto 2

L1 - então a lei dizia que tem que ter o original...

ai o cara chegou desapareceu com a própria prova...

acabou o quê? A prova da relação obrigacional...

resultado...não tem como mais () tocar...()

L2 - isso é manobra?...

L1- se isso é manobra?...

m		isso é um crime...
p/m		<u>isso é uma sem-vergonhice...</u>
p		<u>isso é uma safadeza...</u>

¹⁵M (Matriz) e P (Paráfrase) maiúsculas, à esquerda do traço, representam enunciados de dimensão maior do que a unidade conversacional ou igual a ela; m e p minúsculas, à direita do traço, representam uma relação parafrástica entre segmentos, no interior do enunciado, como se apresenta no texto 2, por exemplo. (Ver definição de unidades conversacionais, segundo Hilgert, na pág. 70 deste trabalho).

¹⁶Indicações que correspondem a: situação de interação (SI), número de ordem da situação de interação, nº da fita (F), lado (A ou B) e cidade, no caso Marabá (Mb).

()

(SI14, F2B, Mb)

Os casos de reformulações parafrásticas produzidos nos dois textos revelam estratégias argumentativas do locutor. Pelo recurso parafrástico, os sentidos se dispõem numa escala de sentidos, cujo movimento reflete tentativas do locutor de levar o outro a determinadas conclusões. Trata-se do que Koch (1997:69) denomina de *técnica da água mole em pedra dura*.

No texto 1, o locutor, ao discutir o papel da arte, tenta precisar o que para ele significa originalidade na arte. Essa definição se organiza de tal maneira que os sentidos vão se estreitando até onde o locutor perceba ter alcançado o grau máximo da força argumentativa.

No texto 2, L1 responde à pergunta de L2 com uma outra pergunta do tipo retórica, justamente para dar fluxo a uma série de reformulações parafrásticas a fim de intensificar argumentativamente a gravidade do problema. Também aqui se observa que os argumentos estão dispostos numa relação gradativa até chegar às últimas conseqüências, direcionados para o grau máximo da desmoralização do ato: crime, sem-vergonhice, safadeza.

Vê-se, assim, exemplos de que os motivos que levam o locutor a reformular o enunciado não decorrem apenas da necessidade de resolução de problemas de compreensão. No jogo da interlocução, os interesses do locutor o motivam a reformular o seu enunciado até onde entende ser suficiente para levar o

interlocutor às conclusões pretendidas. É, portanto, uma ação de encaminhar pelo recurso da reformulação determinadas conclusões.

Essa constatação também se encontra em Koch (1997:68-70), em que a autora analisa as atividades de reformulação, mostrando que desempenham quer função **retórica**, quer **saneadora**. A reformulação retórica se realiza basicamente por meio de repetições e paráfrases, cuja função principal é imprimir força argumentativa ao enunciado.

Assim sendo, consideramos que as atividades de reformulações são regidas por obrigações que definem suas condições de emprego, isto é, o texto contém, na sua constituição de atividade formulativa, o caráter imperioso da reformulação; no entanto, tais movimentos não se destinam apenas a resolver problemas que se interpõem no processo de planejamento e organização textual. A atividade argumentativa, como uma condição da língua, é um elemento estruturador do discurso, movida pela dinâmica interlocutiva, justamente porque o locutor experimenta o lugar do outro e se previne da resposta que supostamente este possa oferecer-lhe.

3.1.1. Caracterização das atividades de reformulação

Sendo a repetição, a paráfrase e a correção atividades de reformulação, em que tais atividades se identificam e em que se diferem? Todas essas atividades de reformulação se identificam pelo fato de se constituírem de um

enunciado reformulador e de um *enunciado de origem*. Já as reformulações parafrásticas e de correção apresentam diferenças em relação a seu enunciado de origem no que se refere a alterações sintáticas ou lexicais. Isso é o que basicamente caracteriza o movimento reformulador da paráfrase e da correção. Barros (1993:135), a respeito da correção, afirma: *A correção é assim, um procedimento de reelaboração do discurso que visa a consertar seus 'erros'. O 'erro' deve ser entendido como uma escolha do falante - lexical, sintática, prosódica, de organização textual ou conversacional - já posta no discurso e que, por razões diversas, ele e/ou seu interlocutor consideram inadequada. E mais adiante a autora ressalta que a paráfrase (...), é também um ato de reformulação textual e tem a mesma função de assegurar a intercompreensão.*

A repetição, por sua vez, também se realiza em razão de problemas de formulação ou com função argumentativa; no entanto, é um mecanismo de reformulação que se distingue dos dois primeiros no que respeita a diferenças sintático-lexicais em relação ao enunciado de origem, ou seja, a repetição não apresenta variação sintático-lexical entre o enunciado de origem e o enunciado reformulador. Não obstante a sua distinção da correção e da paráfrase, a repetição também se insere no quadro das reformulações, posto que, se outros critérios forem adotados, tais como a sua realização fonética e suprasegmental, é possível constatar que enunciado de origem e enunciado reformulador não são idênticos (cf. Hilgert, 1989:171).

Por exemplo, no texto que se segue,

L1- nosso sistema... sistema burocrático... muito demorado

assim é... quando chega o momento de você ganhar

você já... **morreu...**

morREU.. tá?

principalmente se for pelo Poder Público compreende?

(SI14, F2B, Mb)

observa-se, claramente, que a ênfase prosódica no segundo enunciado tem uma função eminentemente reformuladora. A repetição dá uma nova roupagem ao enunciado de origem assinalando o absurdo a que se chega pela morosidade do sistema judiciário.

Assim é que Hilgert (1989:171) assegura que o que caracteriza a atividade de reformulação é que o enunciado reformulador apresenta, em relação ao enunciado de origem, variações sintático-lexicais e/ou fonético-suprasegmentais.

3.1.2. A paráfrase, a correção e a repetição: em que se distiguem

Segundo Barros (1993:137), *a diferença entre a paráfrase e a correção está na natureza da relação semântica que existe entre o enunciado reformulado e o enunciado reformulador.* Essa observação remete ao fato de que a relação entre enunciado

reformulado e enunciado reformulador, na correção, é de contraste, enquanto na paráfrase, é de equivalência semântica. Ainda de acordo com a autora, há também certos marcadores¹⁷ que muitas vezes determinam se a relação entre enunciado reformulado e enunciado reformulador é de correção ou parafrástica.

Seguindo essa mesma compreensão, Hilgert (1989) adota alguns critérios que permitem distinguir a paráfrase, a repetição e a correção entre si. Tal distinção também se baseia na especificação da relação semântica entre enunciado reformulado e enunciado reformulador e no tipo de marcadores empregados para sinalizar essa relação.

Em se tratando das repetições e da paráfrase:

- a) as paráfrases não repetem as palavras na mesma ordem sintática como ocorre nas repetições;
- b) as repetições apresentam funções bem características da atividade interacional e do texto conversacional;
- c) não se amplia demais a abrangência da categoria da paráfrase .

O autor também faz referência, em seu trabalho, às *quase-repetições*, recorrendo, nesse sentido, a Charolles, que também as menciona, denominando-as de *confirmações* e que as exclui definitivamente da categoria das paráfrases. Essa posição, entretanto, não é consensual, pois, como afirma Hilgert, Gülich e Kotschi, por exemplo, incluem as *quase-repetições* na categoria das paráfrases.

¹⁷ Trata-se de marcadores de reformulação (MR) tais como *quer dizer, isto é, não, etc.*

Hilgert, por sua vez, também não insere as *quase-repetições* na categoria das paráfrases. Ele as caracteriza como *repetições com acréscimo, supressões ou variação de termos acessórios*. Nos exemplos analisados pelo autor, em muitos casos, denominados por ele de repetição com acréscimo, o que nos parece ocorrer são modalizações ou aspectualizações acompanhando a repetição, o que nos leva, em nossa análises, a considerar tais ocorrências como paráfrases, por exemplo:

Texto 4

L1- eu acho que isso...só por/só por causa disso... aí já vale dizer

M	que...houve ruptura sim...tá entendendo?
P	<u>houve realmente</u> é...é... do ponto de vista sistemático tá?

(S18, F1B, Mb)

Tanto na paráfrase quanto na repetição, há graus de equivalência semântica entre enunciado reformulador e enunciado de origem, chegando as repetições a serem consideradas paráfrases em seu grau máximo de equivalência semântica. Na correção, entretanto, ocorre o contrário, posto que esta se caracteriza pela relação que se estabelece entre ER (enunciado reformulador) e EO (enunciado de origem), de maneira que ER anula total ou parcialmente EO.

Ao estabelecer a distinção entre repetição, paráfrase e correção, Hilgert assevera que as primeiras mantêm uma relação semântica entre o enunciado reformulado e o enunciado reformulador, ao passo que, na correção, a relação entre EO e ER é de contraste¹⁸.

Koch et alii (1996) assinalam que *a paráfrase é, (...) em comparação com a repetição stricto sensu e o reparo, o grau mais elevado de reformulação no processo de recorrência de uma informação*. Segundo os autores, a paráfrase, em relação ao reparo (correção), pela sua característica de variante restauradora de um conteúdo anterior, funciona sempre como uma alternativa de reelaboração sem o valor excludente manifestado pelo mecanismo reparador.

O que se depreende das reflexões até então feitas é que as formulações são regidas de obrigações que definem suas condições de emprego. O texto contém na sua constituição de atividade formulativa o caráter imperioso da reformulação que consiste em verdadeiros movimentos de avanços e recuos, determinando certas restrições impostas pelas atividades discursivas.

3.1. 3. O papel contextualizador dos marcadores de reformulação

Gülich e Kotschi, apud Hilgert (1989:162), destacam um terceiro elemento que também faz parte das atividades de reformulação, ao menos na

¹⁸ O autor, por entender que a correção envolve relações de "contraste", "oposição" e "sinonímia" (cf. Lyons, 1977:27-55), considera apropriado falar de *relação semântica de contraste*.

reformulação parafrástica e na correção, que são os marcadores de reformulação, tais como *quer dizer, isto é, não*, etc. No entanto, essa função de anunciar a atividade reformulativa também pode ser feita por elementos suprasegmentais ou paralingüísticos, como a pausa, a hesitação, a articulação mais pausada ou prolongada.

Charolles e Coltier (1986:55), analisando o papel de alguns marcadores de reformulação parafrástica, asseveram que o marcador tem um papel decisivo no estabelecimento da relação parafrástica, de maneira que a relação de identidade de significação se estabelece no contexto pelo marcador.

Embora a relação de equivalência semântica entre enunciado de origem e enunciado reformulador seja inscrita no discurso, os autores advertem que os marcadores de reformulação do tipo *quer dizer* têm o papel fundamental de garantir, no discurso, um valor compartilhado pelos interlocutores, denominado *valor conjunturalmente convencional*. Com isso, é possível dizer que os marcadores de reformulação são marcas do dizer e que, ao serem empregados em determinados contextos discursivos, têm o papel de direcionar o discurso para determinadas conclusões. Quanto ao que se pode considerar como processo de reformulação textual, Charolles e Coltier postulam:

"On considérera qu'il y a reformulation dès qu'un locuteur/scripteur présente une expression comme explicitant (dans le contexte) la signification d'une autre; que cette explicitation (qui peut être une expansion ou une condensation)

soit justifiée par référence au lexique (reformulations proches de la dénomination) ou, à un lieu commun (topos) (comme c'est le cas dans les reformulations proches de la consécution) (...) (Charolles e Coltier, 1986:57).

Num outro estudo realizado por Charolles (1986: 87-89) acerca das orientações argumentativas resultantes do emprego de determinados marcadores, o autor defende que alguns conectores (*mas, aliás, além disso*, etc.) e marcadores (*pouco, somente, bem, quase*, etc.) são regidos por restrições que determinam suas condições de emprego. Assim sendo, tais determinações estão inscritas na própria atividade lingüística. Para Charolles, essas restrições variam, sendo elas: *estruturais, ilocucionais, temáticas ou argumentativas*.

Quanto às *obrigações estruturais*, o emprego de *certo*, por exemplo, no interior de um enunciado, obriga a uma completude que é de ordem puramente estrutural, na medida em que o seu emprego não está determinado por um dado conteúdo. Tomando, por exemplo, o diálogo:

A: ...

B: Certo, é uma boa música,

observa-se que o emprego de *certo* assinala uma permissão para que A dê continuidade ao discurso, ou seja, o emprego de *certo* sinaliza que B não tomou o argumento de A como decisivo e isso permite a A dar continuidade à sua argumentação. Ao passo que se o diálogo fosse:

A: ...

B: Eu reconheço que esta é uma boa música,

B estaria colocando um fim no argumento ao aderir sem reservas aos argumentos de A.

Parece-nos que análise semelhante pode ser aplicada a outros marcadores, tais como *quer dizer*, *dito de outro modo*, *ou seja*, etc., marcadores de reformulação parafrástica, que, empregados após o enunciado de origem requerem sempre a completude deste, reformulando-o; isto é, a presença de tais marcadores já anuncia que o enunciado anterior será reformulado.

Os textos 5 e 6 mostram o papel anunciador dos marcadores de reformulação:

Texto 5

L1- lá e...lá existe um acordo de cassação...

ela a ... ela chama pra si a sentença do juiz..

EO ¹⁹		e não vai dizer por exemplo que o juiz julgou de forma...
		-- vou usar a palavra aqui... () ... absurda... tá bom?--
MR		<u><i>quer dizer</i></u>
P		<i>não vai julgar se o juiz está certo ou errado...</i>

(SI14, F2B, Mb)

¹⁹ A indicação EO corresponde a *enunciado de origem*, e MR, a *marcador de reformulação*.

L1- nós vamos ter a presunção da boa fé... tá?...

a presunção da boa fé/então... da boa fé... o que quer dizer
isso?

quer dizer que aquela pessoa que pratica um ato
jurídico...né?...

EO
m está sendo (iludido)...

p enganado...porque no fundo a intenção de (amealhar) alguma
coisa ...

MR | ou melhor dizendo...

P | aquela pessoa que compra o carro que
é roubado sem saber...entendeu?

então... então... esse pressuposto é que a pessoa que vendeu
não precisava roubar....

então nesse sentido o que acontece?

vai atuar uma presunção aí...

(SI14, F2B, Mb)

Os marcadores de reformulação parafrástica cumprem a função de
anunciar que o enunciado, por alguma razão, será reformulado.

No que tange às *obrigações ilocucionais*, de acordo com Charolles (1986),
o emprego de determinados marcadores obriga a determinados atos de

linguagem. Assim, *certo* requer um ato de linguagem de asserção. O seu emprego no enunciado assinala o comprometimento do locutor com um determinado ponto de vista.

Quanto às *obrigações temáticas*, o marcador determina certos encadeamentos temáticos à medida que introduz no enunciado reformulado certos pontos de vista desenvolvidos no enunciado anterior; por esse mecanismo, o marcador mantém, de alguma forma (explicitando, definindo), uma obrigação sobre a continuidade do conteúdo semântico do enunciado de origem.

Há, pois, marcadores que anunciam o processo de reformulação funcionando para o interlocutor como uma orientação interpretativa, isto é, funcionam como instruções ao interlocutor, de como deve articular as proposições encadeadas pelo marcador, configurando um acordo do locutor com um determinado ponto de vista.

As *obrigações argumentativas*, por seu turno, também são marcadas pelos conectores. Tomando o exemplo de Charolles,

Paulo é um pouco vesgo, mas Paulo tem charme,

é possível observar que *mas* movimentava sentidos que impõem aos enunciados *p* e *q* orientações argumentativas contrárias. No entanto, quando esse movimento enunciativo é feito ao lado de *certo p* ((*Certo,*) *Paulo é vesgo...*), ocorre uma antecipação de que *p* deverá levar a uma conclusão *r* que não será a definitiva:

*Certo, Paulo é vesgo, mas é charmoso*²⁰. Assim sendo, o marcador concessivo *certo* funciona como um aviso ao interlocutor de que ele deve chegar a uma conclusão contrária àquela orientada por *p*, antes mesmo da introdução do marcador *mas*. Daí conclui Charolles (1986:92):

Le contrôle de ces opérations échappe certainement pour une très large mesure à la conscience du sujet parlant ou écrivant. Il n'en demeure pas moins que, si automatisation il y a, celle-ci implique un dispositif complexe.

3.2. O fenômeno parafrástico: um percurso teórico

3.2.1. A paráfrase no campo da retórica e no campo da lógica

Tomaremos como trabalho de base para uma breve abordagem da paráfrase, estudos realizados por Fuchs (1982a, 1982b, 1985) .

Historicamente, foi no seio da retórica que, em primeiro momento, surgiu o termo e constituiu-se a noção de *paráfrase*. Como bem adverte Fuchs (1982a), (...) *não foi a gramática, mas a retórica que se apoderou do estudo da paráfrase entendida como técnica de reformulação de um texto-origem de referência*. Segundo a autora, ocupando-se a retórica da sinonímia de frases (paráfrases) e a gramática

²⁰ Exemplos extraídos de Charolles, (1986: 90-92).

da sinonímia de palavras, esta última estudou apenas, pelo menos de maneira sistemática e explícita, a semântica lexical.

Desde a antigüidade, a paráfrase se aplica a dois tipos de práticas languageiras: i) como atividade de reformulação de textos de autores que se dedicam à arte oratória e ii) como prática de comentário de textos bíblicos.

Aristóteles utiliza a noção de paráfrase ao lançar mão de procedimentos estilísticos para expor as técnicas de verbalização, tais como: emprego de sinônimos, passagem de um nome simples à perífrase, recurso à metáfora, utilização de exemplos e comparações.

É também no capítulo sobre verbalização que a Retórica Clássica se ocupa dos procedimentos da paráfrase. O recurso à prática da paráfrase pelos clássicos se dá, no entanto, como disfarce, imitação e explicação. Como disfarce, entendiam que, pelo recurso da paráfrase, seria possível disfarçar qualquer discurso, a ponto de torná-lo irreconhecível para o seu próprio autor. Além disso, entendia-se que, através da paráfrase, era possível vulgarizar o discurso e, assim, atingir todos os interlocutores com a mesma "elegância retórica"; como imitação, a paráfrase serve à prática de reformulação de textos com vistas ao exercício da arte retórica; como explicação, pelo recurso da paráfrase, é possível levar o ouvinte à apreensão de conteúdos de textos, isto é, pelo recurso da repetição de uma mesma idéia (cf. Fuchs, 1982 a: 11-12).

A paráfrase aparece no seio da lógica sob a noção de equivalência semântica entre proposições. Para os logicistas formais, a equivalência corresponde à noção de verdade necessária entre duas proposições²¹.

Nesse sentido, a retórica e a lógica tratam de maneira consideravelmente diferente a atividade parafrástica. A primeira se ocupa da paráfrase como uma atividade linguageira que auxilia o orador a atingir os seus propósitos, enquanto a lógica vê a paráfrase como um recurso que estabelece uma relação veritativa entre dois enunciados, justamente porque a lógica está comprometida com uma relação de verdade entre o que é dito e o mundo.

3.2.2. Abordagens contemporâneas da paráfrase

Fuchs (1985)²² aponta três fontes históricas nas quais se amparam as reflexões lingüísticas contemporâneas acerca do mecanismo parafrástico:

3.2.2.1. A paráfrase como equivalência formal entre frases

Essa concepção se ampara em postulados da lógica que opera com conceitos de equivalência entre proposições com base na noção de *valor de verdade*

²¹ A equivalência é definida em termos de identidade necessária entre os valores de verdade de dadas proposições, de modo que uma proposição P equivale a Q se, todas as vezes que P é verdadeiro (ou falso), Q também é, e todas as vezes que Q é verdadeiro (ou falso), P também é.

²² Cadernos de Estudos Lingüísticos, nº 08, UNICAMP/IEL. Tradução de João Wanderley Geraldi.

assegurada por regras. Citam-se aqui exemplos da própria autora: *É necessário que ele venha* = *Não é possível que ele não venha*; *Eu partirei* = *Eu não ficarei*.

Tal concepção se constata, por exemplo, em Martin (1976), em seu *Inférence, Antonymie et Paraphrase*, cuja definição de paráfrase repousa na necessidade de equivalência lógica. Tomando os exemplos do autor: em *Pierre a ôté son manteau* e *C'est son manteau que Pierre a enlevé*,²³ se o primeiro enunciado é falso, então o segundo é falso. Se o primeiro enunciado é verdadeiro, então o segundo é verdadeiro. Os dois enunciados são, nessa concepção, equivalentes, independentemente do contexto em que são produzidos.

Fuchs assegura que, ainda que alguns lingüistas não adotem esse critério baseado na noção veritativa da linguagem, os lingüistas formais retomam da lógica a relação de equivalência formal, quando a paráfrase é interpretada segundo critérios estabelecidos com base em famílias de enunciados, postulando, assim, a existência de um mesmo sentido. Nessa perspectiva, tem-se como modelo a relação entre frases ativas e passivas. Por exemplo: *Paulo comprou a casa* = *A casa foi comprada por Paulo*. Essa perspectiva era partilhada pela gramática gerativa com base na noção de estrutura profunda. As famílias parafrásticas são definidas a partir de uma derivação de enunciados equivalentes estabelecidos com base em uma fórmula abstrata comum.

A autora observa que entre a abordagem, segundo os critérios da escola de Harris, que estuda a paráfrase com base na constância lexical (*Contentar João é*

²³ Exemplos extraídos de Martin (1976:86).

difícil = É difícil contentar João), e a corrente da semântica gerativa que centra a ênfase na equivalência entre lexicalização e gramaticalização (*Paulo cortou o pão com a faca = Paulo utilizou uma faca para cortar o pão; João matou o gato = João fez o gato morrer*), outras posições intermediárias são possíveis, observando a diversidade de construções sintáticas e a manutenção da unidade lexical, por exemplo; *A porta abre com esta chave = Esta chave abre a porta; Paulo seduziu Maria = Paulo foi o sedutor de Maria* (Fuchs, 1995:130-131).

3.2.2.2. A paráfrase como sinonímia de frases

Esta abordagem centra-se no aspecto semântico da frase. A paráfrase é caracterizada pela relação de identidade de *um núcleo semântico de partida* com outros *significados secundários variáveis*. Nesse caso, Harris (1976), apud Fuchs (1985), que também se insere nessa concepção de paráfrase, considera que a paráfrase pode variar quanto ao *sentido topicalizado da frase* (*João vendeu a casa a Paulo/ Paulo comprou a casa de João*), quanto à *linearidade da frase* (*Do meu ponto de vista, ele não é especialmente simpático/ Ele não é, do meu ponto de vista, especialmente simpático*) ou quanto ao *sentido focalizado* (*Ele saiu cedo/ Ele é que saiu cedo*).

Nessa concepção, a paráfrase é considerada como uma relação de identidade entre sentidos, de maneira que um enunciado é paráfrase de outro se eles significam a mesma coisa. Para os autores que se inserem nessa perspectiva, o

sentido comum entre enunciado de origem e enunciado parafrástico se assimila à informação objetiva: *os enunciados reformulados conservam invariante o que se pode interpretar como conteúdo informacional* (Fuchs, 1982 a: 51). Significa dizer que a reformulação de um enunciado por meio da paráfrase corresponde à manutenção de sentidos.

3.2.2.3. A paráfrase como reformulação

Segundo Fuchs, essa abordagem levanta três tipos de questões:

- a) A reformulação parafrástica resulta de uma atividade de interpretação prévia do *texto-fonte*, variando segundo os sujeitos e a situação.
- b) A reformulação parafrástica consiste na identificação (ainda que momentânea e de acordo com a situação de produção) da significação do *texto-fonte* reconstruído pelo novo texto.
- c) A reformulação parafrástica se caracteriza pelo emprego metalingüístico da língua (exemplo: x, quero dizer y; x, em outras palavras y).

É nessa linha que se podem inscrever diversas abordagens, caracterizadas por uma perspectiva enunciativa, discursiva e pragmática da linguagem, as quais levam em consideração o contexto e a situação em que ocorrem as atividades de reformulações.

3.3. A paráfrase: uma atividade discursiva da linguagem

Assim sendo, sob a última perspectiva, de equivalência semântica entre enunciados parafrásticos e não identidade semântica, passaremos a discutir algumas abordagens da paráfrase sob ênfases e preocupações variadas.

Charolles & Coltier (1986:51), dedicando-se ao estudo de reformulações parafrásticas em textos escritos, observam que essa atividade revela o controle que o sujeito exerce sobre a interpretação dos seus propósitos discursivos, isto é, por meio de mecanismos parafrásticos, o sujeito falante ou escrevente produz saberes necessários a uma boa interpretação daquilo que pretende dizer.

Os autores chamam a atenção para o papel que os marcadores de reformulação assinalam na relação estabelecida entre o *énoncé-source* (enunciado de origem) e o *énoncé de reformulation* (enunciado de reformulação). Para os autores, esses marcadores têm uma função metadiscursiva que consiste em fazer alusão a um já-dito. Além disso, funcionam como indicadores de recapitulação, reformulação e estruturação de um dizer anterior. Essas relações, entretanto, não são estabelecidas *a priori*, por uma determinação puramente lingüística, mas impostas pela própria atividade discursiva. Nas palavras de Charolles & Coltier (1986:55):

Dans la reformulation paraphrastique, cette relation n'est pas présentée comme établie en dehors de l'opération qui la crée: elle est prédiquée pour le locuteur/scripteur qui l'institue dans le discours pour les besoins (éventuellement conjoncturels) de son développement. Cette relation, que le discours institue, ne se montre pas comme fondée sur une équivalence de signification tirant sa légitimité du seul système de la langue.

Uma observação extremamente interessante apontada por Charolles e Coltier é o fato de que esta relação instituída pelo ato de enunciação não se funda numa equivalência de significação assegurada pura e simplesmente pelo sistema lingüístico. Esta é também movida pela situação do discurso. Nesse sentido, concordamos com os autores quando defendem que:

a paráfrase não pode ser enquadrada, seja no sistema da língua, seja na variedade de fatos discursivos e situações extra-lingüísticas, já que a paráfrase é um fenômeno linguageiro (isto é, uma atividade da língua conduzida pelos sujeitos em determinadas situações de discurso) que é apenas parcialmente lingüística (isto é, apoia-se em relações complexas da língua, que contribuem para o estabelecimento de um julgamento de paráfrase, sem no entanto a determinar absolutamente. (Charolles & Coltier, 1986:50).

Hilgert (1989:210), por sua vez, em seus estudos sobre a paráfrase, assevera que, do ponto de vista das intenções comunicativas, o texto oral se organiza em atividades ilocucionais e, do ponto de vista da sua estrutura formal, ele se articula em enunciados conversacionais, à maneira dos textos escritos, em períodos ou orações²⁴. Essas unidades conversacionais são determinadas por condições de produção do texto oral: a situação interacional face-a-face, as trocas de turnos, etc. O autor adota os seguintes critérios para definir as unidades conversacionais (UC) nos textos orais analisados:

- a) a unidade e completude de sentido²⁵ (na perspectiva informacional) a ele conferidas pela organização sintático-semântica de seus componentes;
- b) os marcadores conversacionais (verbais ou prosódicos) que estabelecem os limites de extensão do enunciado em questão.

Considerando as paráfrases em relação à unidade conversacional, o autor as enquadra em três categorias:

²⁴ O autor denomina tais enunciados de *unidades conversacionais*, *unidades comunicativas*, *unidades informacionais* ou *unidades de fala*.

²⁵ Talvez seja mais apropriado falar de *indícios de uma compreensão existente* à maneira de Marcuschi (1991:07), ao referir-se ao aspecto semântico-pragmático dos pares adjacentes na organização conversacional.

- a) paráfrases simples, que têm a dimensão de uma UC;
- c) paráfrases segmentais, que se constituem de um segmento da UC;
- d) paráfrases complexas, formadas por mais de uma UC.

No que se refere ao aspecto estrutural, o autor observa que, quanto à reformulação interna do enunciado parafrástico:

- a) nas paráfrases simples, a tendência é a não ocorrência de atividades de reformulação no seu interior, o que não assegura ausência de problemas de formulação, que muitas vezes se manifestam por *problemas não verbalizados*²⁶;
- b) nas paráfrases complexas, ocorrem os mesmos procedimentos apontados nas paráfrases simples, embora se manifestem entre duas UC ou blocos de UC;
- c) na sua constituição, em casos raros, as paráfrases segmentais revelam problemas de formulação interna;
- d) há paráfrases embutidas, que se referem às atividades de reformulação parafrástica que compõem ou que se encontram embutidas em uma paráfrase mais complexa de uma relação parafrástica.

²⁶ Trata-se de pausas, alongamentos vocálicos, repetições breves sinalizando hesitações.

Quanto ao aspecto distribucional dos constituintes das relações parafrásticas, Hilgert denomina de *paráfrases adjacentes* aquelas, cujo enunciado reformulador segue imediatamente o enunciado de origem e *paráfrases não-adjacentes*, aquelas em que, entre o enunciado reformulador e o enunciado de origem, se insere um segmento textual de dimensão, características e função distintas.

No que se refere ao aspecto semântico das relações parafrásticas, o autor assevera que, em suas análises, se baseia na relação entre *enunciado de origem* e *enunciado reformulador*, bem como no tipo de marcadores empregados para estabelecer essas relações (cf. Hilgert, 1989:318). Assim, a equivalência semântica nas relações parafrásticas é vista numa relação gradativa, não havendo, portanto, identidade absoluta entre matriz e paráfrase. Os graus de equivalência semântica, segundo o autor, são basicamente de grau médio para alto. Essa característica do mecanismo parafrástico, na atividade conversacional, anuncia a intenção parafrástica do enunciador e, conseqüentemente, favorece o não emprego de marcadores parafrásticos verbais, como podemos observar no texto que se segue:

Texto 7

| m L1- agora vamos colocar... Kant né?..
| p a filosofia de Kant...
(...)

m que a verdade está na natureza....a verdade... é.
p o conhecimento está na natureza... ou no MUNdo objetivo...

(o que implica) que o sujeito de uma forma pasSiva...

o sujeito de uma forma passiva /quando a gente diz o
sujeito pesquisador...

recebe essa verdade da () do mundo objetivo tá?...

esse esquema aqui a gente já fez várias vezes... mas eu vou
repetir pra poder entender o problema... ((escrevendo na
lousa)) e o... o::... o::...

quando os racionalistas inatistas representados por
de/Descartes vão afirmar o quê?...

M
P

m não... o sujeito é **um** sujeito... poderoso..
p/m um sujeito robusto...
p/m que já nasce com as idéias...
p com a forma () conteúdo do conhecimento
já possui as idéias () na verdade porque remonta a Platão
né?...

vocês já sabem bem a teoria de Platão...

e... essas idéias como o sujeito já as possui... eles...
transportam...

para a natureza... transportam....

e e /daí é que se dá o conhecimento

a verdade já está no sujeito... e ele aplica...

| m ao mundo objetivo...
| p à natureza ok?...

(SI27, F9A, Mb)

Todos os mecanismos de reformulação parafrástica, na passagem acima, são produzidos sem o auxílio de marcadores parafrásticos justamente porque a intenção parafrástica fica explícita entre enunciados de origem e enunciados reformuladores.

4. A PARÁFRASE NA ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO

De acordo com a tese defendida por Ducrot, a argumentatividade não é algo acrescentado à língua, mas ao contrário, há restrições argumentativas que, por pertencerem à língua, impõem-se ao ato de enunciação. Aderindo a esse posicionamento, defende-se que certas instâncias enunciativas impõem um certo gênero, e este, por sua vez, exige estratégias argumentativas que impõem restrições marcadas na língua. Ou seja, é porque a argumentação está marcada na língua que ela impõe restrições para determinadas estratégias impostas a determinados gêneros discursivos produzidos em determinadas instâncias enunciativas. Um exemplo típico é a instância didática. Embora não nos detenhamos, especificamente, neste trabalho, na questão dos gêneros discursivos, é impossível não identificar, no *corpus* analisado, como determinados gêneros, como aulas, palestras, debates, etc., requerem estratégias argumentativas que impõem ao ato de enunciação certas formas de argumentar.

Assim sendo, o emprego das paráfrases, como um mecanismo de organização textual, ocorre, em muitos casos, em função de um propósito argumentativo, de acordo com a dupla imagem feita por locutor e interlocutor e com as imagem que estes fazem da língua e do objeto do discurso.

Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, algumas análises constatando como o texto se realiza discursivamente, isto é, como ele se estrutura argumentativamente pelo mecanismo parafrástico. As análises, então, partem da

compreensão de que os mecanismos adotados para a organização textual orientam argumentativamente o texto todo e não apenas partes dele²⁷. Nesse caso, as relações parafrásticas constituem retomadas de um enunciado anterior e, ao mesmo tempo, proporcionam o avanço do texto à medida que tais retomadas re-significam o enunciado anterior, explicitando-o, resumido-o, intensificando-o, etc. Esses desdobramentos de sentido funcionam como um acordo entre interlocutores para garantir a progressão textual.

Tal compreensão do movimento parafrástico como atividade estruturante do discurso remete à abordagem desenvolvida por Geraldini (1981), ao analisar a atuação tópico-comentário na estruturação do discurso. No referido trabalho, o autor também defende que na relação tópico-comentário *a continuidade do discurso se desenvolve num movimento duplo: de retorno e de avanço*, posto que o comentário, ao retomar um enunciado já realizado (tópico), constitui-se como novo tópico da enunciação, fazendo assim avançar o discurso. Ora, o movimento parafrástico, embora suas retomadas sejam feitas com o intuito de fixar um já-dito, no deslize, produz também movimentos de avanços, uma vez que, ao retomar um enunciado, outros sentidos são produzidos. Como afirma Fuchs (1982 b: 29-30): *tudo a que se possa recorrer, no sentido estrito lingüístico, para estabelecer uma identidade de sentido, funciona sempre, na prática discursiva concreta, como um avanço, como um desdobramento de sentido. Há sempre progressão discursiva, argumentativa, jamais real*

²⁷ Aderimos à afirmação de Osakabe [1979] (1999:109) para quem o discurso todo constitui um ato de argumentação, em função do qual se dão as ocorrências parciais dentro do discurso.

repetição ou tautologia, ou simples decalque de sentido.

A propósito do argumento de que as paráfrases estruturam argumentativamente o texto, observemos os enunciados que se seguem:

Texto 8:

L1- (...) que na verdade... na verdade a gente vê que a primeira
geração

(essa) que é nacionalista que exalta a Pátria....

ele está dentro da segunda geração que a é do Mal do Século...

mas... ele fala o tempo todo na sua obra

da exaltação da Pátria também...

ele volta ao culto à natureza...

e... ne/ nessa peça de Camões e Esaú mesmo é:... é:...

que é o mesmo Camões e Antonio também...

que ele tem outro nome também da ... da.. ()

ele fala muito sobre isso aí...

ele volta muito à natureza...

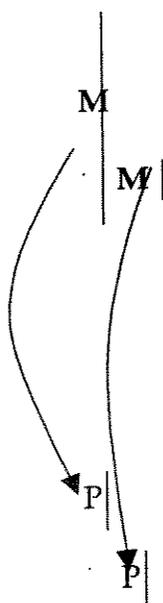
inclusive no prólogo que é o que o M. (es) tá falando...

ele fa/ é assim um relato total...

um sentimento total

que a gente vê com relação a isso aí....

no início até tive uma dificuldade



mas olhando o contexto histórico o movimento...

e olhando isso aqui você entende direitinho

o que ele quer colocar na obra...

M | **ele... é:... na verdade ele tinha também uma evasão**
P | como todo romantismo... é dotado disso aí...
eles queriam sair daquilo ali...

e a evasão dele é essa... essa saudade...

M | **e ele também fala da morte...**
P/M | ele cita a morte...
P/M | nesse teatro mesmo ele fala da morte freqüente...
P/M | ele quer morrer....
P/M | ele diz que quer morRER...

pra não ver... o seu lugar

m desgramado/

p desgraçado...

ele fala logo

ele coloca

isso é uma pre/é uma presença marcante disso aí..

P | *ele quer também fugir/se refugiar na morte*
como todos eles queriam....

(SI3, F1A, Mb)

O texto evolui num constante movimento de retomadas e progressões marcadas pelo mecanismo parafrástico, o que revela uma estratégia argumentativa adotada pelo falante para defender uma posição, ou seja, para levar o ouvinte a ver o enunciado de uma certa maneira²⁸.

Tratando-se de um seminário realizado em sala de aula, havia um momento pré-estabelecido para cada aluno falar. L1, entretanto, “toma a palavra” fora do acordo estabelecido, e assim, prossegue seu texto, defendendo que Casimiro de Abreu, um autor que, embora pertença à Segunda Geração Romântica, expressa em sua obra fortes características da Primeira Geração Romântica. Esse argumento se organiza pelo seguinte arranjo que textualiza o enunciado de origem: *ele está dentro da Segunda Geração que a é do Mal do Século... mas... ele fala o tempo todo na sua obra da exaltação da Pátria também.. ele volta ao culto à natureza....* Vale observar que o enunciado se inicia asseverando aquilo que é dado como acordo entre locutor e interlocutor (*ele está dentro da Segunda Geração que é a do Mal do Século*) e logo o operador argumentativo *mas* introduz um dizer que ainda não está dado como acordo entre falante e ouvinte (*mas ele fala o tempo todo na sua obra da exaltação da Pátria também...*) e é esse enunciado que orienta para a conclusão de que o autor se enquadra também na Primeira Geração Romântica; isto é, sendo a exaltação à Pátria uma característica da Primeira Geração Romântica e, tendo a obra do autor essa característica, ele, conseqüentemente se insere na Primeira Geração Romântica. Esse constitui o argumento através do qual

²⁸ Nesse sentido é que Ducrot (1984) assevera que o enunciado é o retrato da enunciação.

o locutor quer alcançar a adesão do ouvinte. Por isso mesmo, em relação a esse mesmo argumento, todos os enunciados se desencadeiam por relações parafrásticas.

Se tomarmos o texto no seu todo, é possível percebermos que o locutor estrutura o seu dizer, formulando três enunciados temáticos que basicamente fundamentam a sua tese: *mas... ele fala o tempo todo na sua obra da exaltação da Pátria também.. ele volta ao culto a natureza; ele... é::... na verdade ele tinha também uma evasão; e ele também fala da morte....* Tais enunciados constituem estratégias argumentativas que fazem o texto progredir sempre em direção à tese defendida pelo locutor. Importa dizer que na dinâmica interlocutiva tais enunciados sofrem reformulações parafrásticas sucessivas, o que denuncia uma decisão imposta pelos propósitos da enunciação. Por exemplo, os dois enunciados *mas ele fala o tempo todo na sua obra da exaltação da Pátria também...ele volta ao culto à natureza* são retomados parafrasticamente por : *ele fala muito sobre isso aí..*, e em seguida, o segundo enunciado é parafraseado por: *ele volta muito à natureza...*, cujas retomadas intensificam o já-dito, e assim, se desenvolvem também os outros argumentos, por retomadas parafrásticas. As paráfrases, nesse sentido, funcionam como mecanismos de sustentação de um dizer, rumo ao qual o texto se encaminha.

Vê-se, então, que o locutor organiza o seu texto, criando, pelo recurso parafrástico, estratégias argumentativas que visam a *provocar ou aumentar a adesão de um auditório*, de maneira a conduzi-lo para uma certa conclusão, a saber, a de que a obra de Casimiro de Abreu possui características da primeira Geração

Romântica. E, mais que isso, o locutor se fundamenta num lugar ou *topos* utilizado para validar a sua posição que é o *topos* da quantidade. Aristóteles, nos *Tópicos*, estuda toda espécie de lugares (*topos*) que podem servir de premissa para silogismos dialéticos ou retóricos, e define-os como depósito de argumentos. *Os lugares da quantidade são os lugares-comuns que afirmam que uma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas* (Perelman, 1996:97). Assim, na atividade argumentativa, o auditório é sempre levado a considerar lugares onde estão amparados os argumentos do locutor, sem os quais a conclusão não ficaria fundamentada.

Feitas tais observações, retomemos a análise. O locutor, ao retomar enunciados pelo movimento parafrástico, apóia-se no aspecto quantitativo para validar sua tese, ou seja, procura levar o auditório a considerar o *topos* da quantidade como um fundamento válido para aquilo que argumenta. Com efeito, o locutor dá a conhecer o interlocutor de sua posição pelo enunciado: *mas... ele fala o tempo todo na sua obra da exaltação da Pátria também...* Ora, já aí constata-se a presença do *topos* da quantidade sustentando a argumentação: *ele fala o tempo todo*. O locutor entende ser esse o lugar de maior peso para a sua argumentação: lançar mão da ocorrência de falas do autor, em sua obra, sobre temas que a caracterizam como obra da Primeira Geração Romântica é considerado um bom lugar para sustentar a argumentação. Ao dizer que o autor fala o *tempo todo* de algo em sua obra, está sendo valorizado o lugar quantitativo do duradouro, e Perelman (1996:98) diz que *o lugar quantitativo do duradouro permite também valorizar a verdade*

como o que é eterno, em comparação com as opiniões estáveis e passageiras. A seguir, o locutor reformula o primeiro enunciado (matriz) por : *ele fala muito sobre isso aí e ele volta muito à natureza*, e como se vê, a reformulação também insiste na quantidade. Mesmo em outros enunciados que não se evidenciam como parafrásticos, no texto 8, é pelo lugar da quantidade que o locutor procura estabelecer o acordo com o seu auditório.: *ele fa/é assim um relato total... ; um sentimento total que a gente vê com relação a isso aí...* Ou seja, o locutor quer levar o ouvinte a crer que Casimiro de Abreu, apesar de ser caracterizado como um autor da Segunda Geração Romântica, na verdade, também pertence à Primeira Geração Romântica, e a argumentação utilizada para sustentar essa defesa está sempre apoiada no aspecto quantitativo. Isso revela que o lugar da quantidade constitui um lugar importante para o locutor mostrar a eficácia de sua posição frente a um auditório.

Aliás, as nossas análises vêm nos revelando que as paráfrases insistem tanto no topos da quantidade quanto no topos da qualidade, como veremos adiante, porque estes são tomados como o lugar para a defesa da tese.

Analisemos o texto 9, também com o intuito de observar como as paráfrases vão constituindo argumentativamente a tessitura textual. Nessa análise também procuraremos observar como as paráfrases se amparam nos lugares-comuns para validar a tese do locutor.

Texto 9

L1- porque é o seguinte...a questão... é:...

a gente não pode... achar ruim...

o questionamento do que é original...

M |
P |

porque não existe o original...

existe UM momento original...

e é muito bom que a gente vá buscando é:...

puxar uma coisa daqui outra dali

porque se não a gente vai (es) ta (r) no vazio sozinho

e não se pode desvincular ARte do contexto...

por... eu... eu questiono isso...

M |
P/M |
P |

toda ARte pra mim ela deve ser engajada

senão ela não vale de nada...

NÃO VAle...

arte pela arte é uma coisa que todos nós devemos questionar...

e não é ruim...é e não é ruim o questionamento...

o que é o original?

o original pra mim é o marco zero...

M |
P/M |
P/M |
P |

é a primeira inspiração...

é o momento LUZ...

é a LUZ...

e uma vez que:... é:.... eu questioneei isso

com professores... tal :... é:....

a discussão que pintou é o seguinte...

não existe o original...

não existe o original

porque mesmo Gonçalves Dias...

quando ele publicOU e escreveu seus versos... ele...

ele não foi original...

por que?... porque ele buscou a inspiração em outra obra...

M

m ele foi original no seu texto...né?...

P

p no desenvolvimento do seu texto... tá?

mas ele buscou... puxar alguma coisa de outras escolas...

e isso não é ruim gente...

isso não é ruim se a gente vê TODas as coisas uma vinculada à

outra...

m agora se a gente quer a literatura soZINHA...

p/m sem compromisso...

p sem nada...

Aí nós temos que questionar o original...

aí nós temos que questionar...

M

agora se a gente quer uma literatura e uma arte engajada(s)

que tenha(m) compromisso como milhares e milhares

P

que a gente vem estudando...

aí... aí nós vamos entender o que é original e o que não é...

Em se tratando de suas condições de produção imediata, o texto acima foi produzido num seminário de literatura. Todo o texto se estrutura em torno da tese de que não existe arte original. A partir daí, o locutor pretende fazer o interlocutor ver que não é ruim o questionamento do que seja original. É importante saber que o discurso em pauta é uma réplica, explicitamente formulada, a um discurso anterior, cujo locutor defendia a existência da originalidade na arte. Nesse sentido, todo o arranjo parafrástico com que o locutor tece o seu dizer constitui contraposição das palavras do interlocutor às do locutor e vice-versa, configurando-se, desse modo, que os enunciados parafrásticos estão filiados a enunciados anteriores ao mesmo tempo que remetem a enunciados futuros. O locutor está sempre à espera de uma resposta do seu interlocutor, seja ela de que forma for.

Essa teia de enunciados que vão e vêm nos dá a dimensão de que o próprio dizer do locutor, ao se organizar como preparação a uma resposta do seu interlocutor, constitui respostas a outros dizeres anteriores, ou seja, o próprio locutor responde a outros dizeres que o antecederam. É nesse sentido que Bakhtin [1952- 1953] (1992:319) assevera que o locutor não é um Adão que fala de determinado objeto pela primeira vez:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado,

controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear.

Por esse viés, Bakhtin também alerta que os enunciados não estão ligados apenas aos enunciados que os antecedem, mas também a enunciados futuros, já que todo enunciado, desde o seu início, elabora-se sempre em função do *outro*, ou seja, pressupõe sempre uma reação do interlocutor. Daí é possível afirmar que todo dizer constitui-se de uma cadeia infinita de enunciados. As paráfrases são recursos expressivos que refletem muito bem esse movimento discursivo de recorrência a um já-dito, ao mesmo tempo que remete para sentidos futuros.

Assim, L1 inicia seu texto dizendo: *a gente não pode achar ruim o questionamento do que é original porque não existe o original...* E, em seguida, explicita-se a posição do locutor em relação à originalidade na arte, pela paráfrase: *existe UM momento original*. A ênfase no determinante *um* é mais um recurso para determinar o sentido, marcando, assim, o lugar específico para onde deve caminhar o olhar do interlocutor. Em outras palavras, ao retomar o enunciado de origem, o enunciado parafrástico orienta-se argumentativamente para a conclusão de que nenhuma obra de arte é definitivamente original.

Em seguida, o locutor expressa o que de fato ele considera como mais importante para a arte: *e não se pode desvincular ARte do contexto...* É para esse lugar

que o locutor procura dirigir as conclusões do interlocutor e por isso mesmo reformula argumentativamente o seu dizer: *toda arte pra mim tem que ser engajada*. Esta é, para ele, a verdadeira arte, caso contrário, *ela não vale de nada... NÃO Vale*. Não escapa à nossa análise que aqui também as paráfrases se assentam no topos retórico, só que, neste caso, no topos da qualidade. Como bem explicita Perelman (1996), o topos da qualidade, contrariamente ao da quantidade, aparece na argumentação quando se opõe ao número, fazendo prevalecer a qualidade. Trata-se de um valor de ordem superior, não comparável, chegando-se ao limite da valorização do único, do singular. Esse lugar de unicidade é explicitamente formulado pelos enunciados: *o original pra mim é o marco zero... é a primeira inspiração... é o momento LUZ... é a LUZ...* Com esses enunciados, o locutor constrói no dizer o que é dado para ele como originalidade. Perelman diz que *o valor do único pode exprimir-se por sua oposição ao comum, ao corriqueiro, ao vulgar*. Assim, arte, para ter seu devido valor, precisa ser engajada. É o que a distingue de outros tipos de arte. O valor da arte decorre, justamente, da sua condição de engajamento social. É isso que a torna preciosa, para o locutor. Então o lugar onde o locutor busca fundamentar a sua posição é o lugar da qualidade, pelo que ele considera como mais valioso na arte: o seu grau de engajamento e não a originalidade em si. E, assim, todos os enunciados que se seguem remetem para o fato de que não existe arte original e, por isso mesmo, deve-se questionar o que seja original.

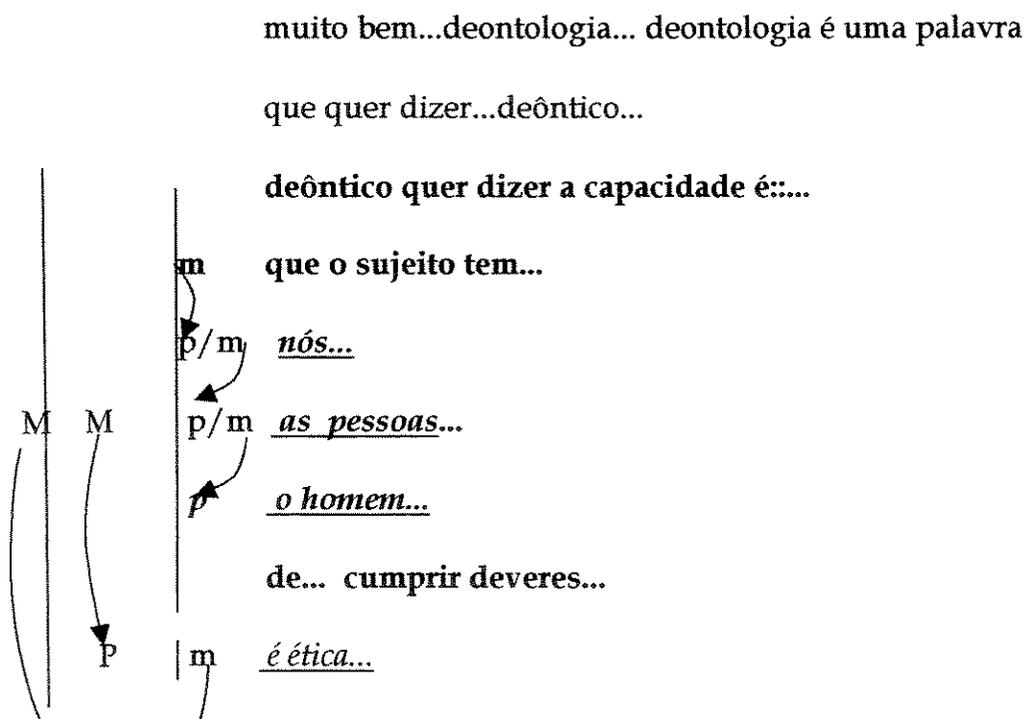
O enunciado: *porque mesmo Gonçalves Dias (...) ele não foi original...* funciona como "a cartada final" do jogo argumentativo. Segundo Ducrot (1981:181),

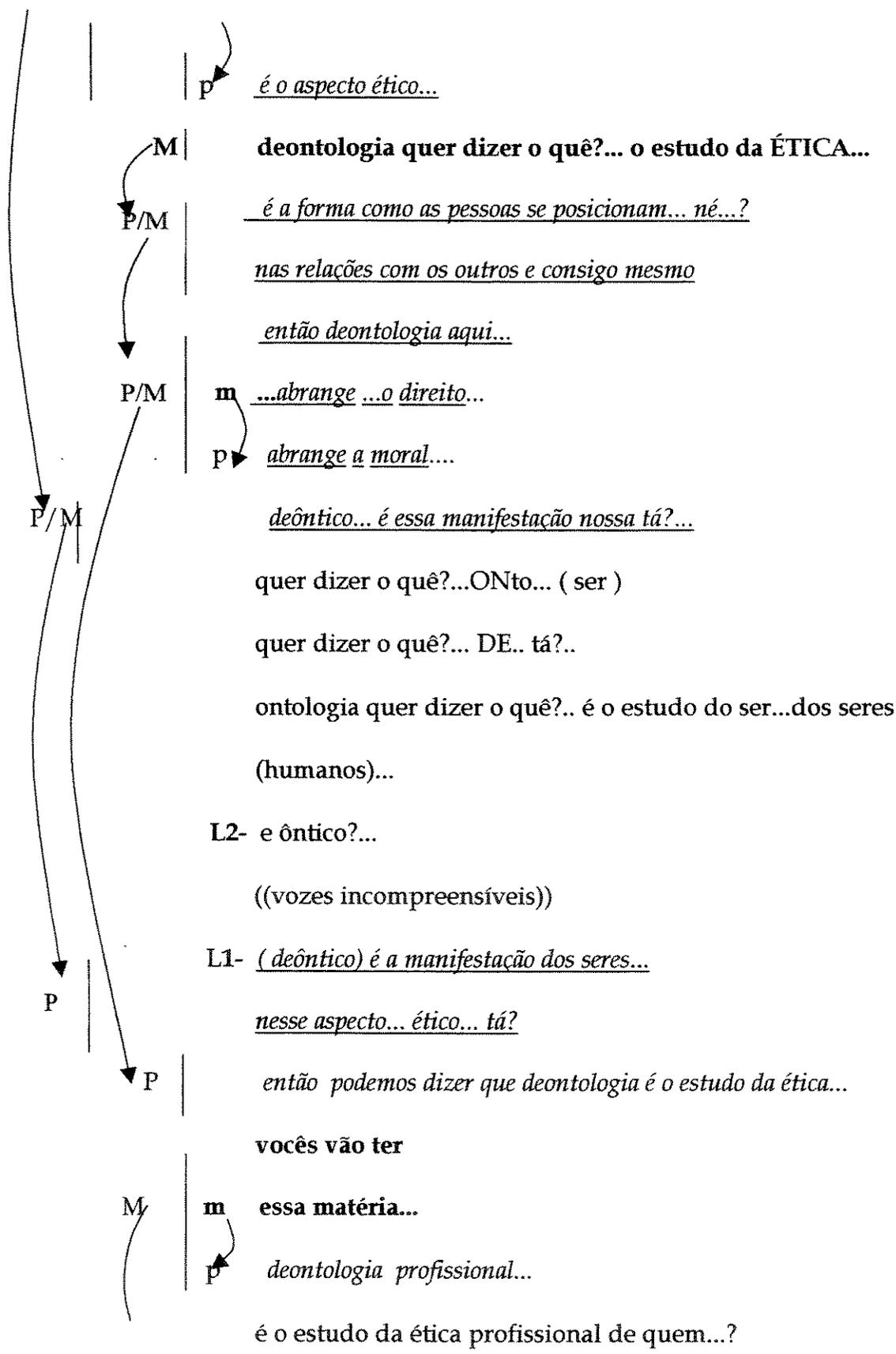
*enunciar uma frase do tipo p ou (e) mesmo p' é sempre pressupor que existe um certo r, que determina uma escala argumentativa em que p' é superior a p. Nesse caso, o argumento acima orienta para a conclusão de que, se Gonçalves Dias não foi original, então, não há mesmo produção artística original, constituindo-se como argumento mais forte da escala argumentativa. A reformulação do enunciado por *mas ele buscou... puxar alguma coisa de outras escolas*, é a reafirmação definitiva da não originalidade na obra de Gonçalves Dias e, por conseguinte, na arte de modo geral. E, novamente, para estabelecer o acordo com o ouvinte sobre o que o locutor considera como mais importante na arte, ele retoma o tema da arte engajada pelo mecanismo parafrástico: *agora se agente quer a literatura sozinha... sem compromisso... sem nada...* Esse é um jogo que o locutor adota para mostrar ao ouvinte que a arte assim encarada merece ser questionada, ao passo que : *agora se a gente quer uma literatura e uma arte engajada que tenha compromisso como milhares e milhares que a gente vem estudando*, remete para o que o locutor compreende e quer levar o outro a compreender como arte original. Em outras palavras, a arte original para o locutor é a arte que tem compromisso com o momento histórico de que faz parte. Mais uma vez os argumentos se esteiam no lugar da qualidade, conferindo originalidade e unicidade somente à arte engajada. Tudo o mais que não se enquadra nesse tipo de arte, ou seja, é oposto ao único, ao original, é desprovido de valor. E assim, *o único é original, distingue-se, por isso é digno de nota e agrada mesmo a multidão* (Perelman, 1996).*

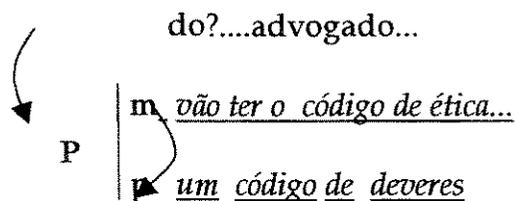
Os textos analisados nos permitem afirmar que as atividades parafrásticas vão retomando o primeiro enunciado e, nesse movimento, vão tecendo argumentativamente o texto, fazendo com que os sentidos caminhem para uma conclusão global. As retomadas, no entanto, não cumprem o simples desejo de fixar sentidos. Nesse movimento, *novos sentidos se põem na organização do dizer, movidos pela orientação argumentativa que dá continuidade ao texto.*

Observem-se, por fim, o texto 9, em que é possível verificar que os movimentos parafrásticos não apenas cumprem a retomada linear de um sentido. Nesse percurso, os enunciados se desdobram em sentidos novos, revelando um trabalho interpretativo do locutor a propósito das possíveis interpretações do interlocutor e fechando no sentido do seu *projeto de dizer.*

Texto 10







(SI14, F2B, Mb)

O texto acima se organiza em função da definição das palavras *deontologia* e *deôntico*, isto é, o professor, mediante um questionamento do aluno sobre o que significa a palavra *deontologia*, propõe-se a explicar o termo, mas recorrendo antes ao que significa o termo *deôntico*. Como se observa, trata-se de uma atividade que toma por objeto a língua, e nessa atividade mesma se desdobram novas atividades pelo processo parafrástico. Esse movimento comprova o dizer de Benveniste de que a linguagem é, inevitavelmente, determinada *no* e *pelo* ato da enunciação, isto é, a linguagem se constitui no acontecimento interativo determinada pelo contexto histórico, político e social.

Nos discursos didáticos, como é o caso do texto em discussão, não é raro o emprego da paráfrase com a função de precisar conceitos, explicitar, resumir ou exemplificar enunciados. Tais funções realizadas por determinados mecanismos parafrásticos serão também tratadas adiante.

Atendo-se ao papel da paráfrase na organização do fazer textual, o locutor do texto 10 inicia a atividade lingüística tentando apresentar uma definição para a palavra *deontologia*, mas logo abandona essa tarefa e decide definir a palavra *deôntico*: *deôntico quer dizer a capacidade é::... que o sujeito tem...*

Nós... as pessoas... o homem... de... cumprir deveres... que por sua vez sofre reformulações: *é ética... é o aspecto ético*. Ao definir o termo deontico, a palavra sujeito, interna à reformulação, sofre várias reformulações que partem de um termo mais específico para o mais genérico, o que evidencia a paráfrase ampliando sentidos.

Após definir a palavra *deontico*, o falante retoma a empreitada inicial e passa a definir a palavra *deontologia*. Percebe-se, então, que a decisão de L1, ao interromper a definição de *deontologia*, no início do texto, foi uma estratégia claramente didática, possivelmente por entender que, definindo *deontico* primeiro, alcançaria maior sucesso em relação ao seu interlocutor. Assim, L1 passa definir o que seja *deontologia*, introduzindo a pergunta: *deontologia quer dizer o quê?... Trata-se de uma questão retórica própria do discurso didático, cujo objetivo não é o de obter uma resposta do seu interlocutor, mas tão somente uma estratégia de construção textual com vistas a provocar determinadas expectativas no interlocutor.*

Em seguida, L1 define *deontologia* como o estudo da ética, retomando em seqüência o enunciado pelos mecanismos parafrásticos: *deontologia quer dizer o quê?... o estudo da Ética... é a forma como as pessoas se posicionam... né...? nas relações com os outros e consigo mesmo... então deontologia aqui... abrange ...o direito... abrange a moral.... então podemos dizer que deontologia é o estudo da ética...*

Tal estratégia evidencia uma tentativa de melhor precisar o conceito de *deontologia*, explicando-o da maneira mais clara possível. Ora, é porque o locutor

experimenta o lugar do seu interlocutor que ele entende que a definição de *deontologia* como o estudo da ética, por alguma razão, ainda não foi ao encontro do ouvinte. E a partir daí vai experimentando parafrasticamente outros lugares de enunciação, razão pela qual se desencadeiam movimentos de paráfrases sucessivas.

O que se observa é que, ainda que o propósito do discurso seja especificamente apresentar conceitos, o caminho percorrido para atingir tal propósito é decisivamente determinado pela interação entre os interlocutores. É nesse sentido que Ducrot (1989:168) diz que a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: *é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois*. A enunciação configura-se, então, como acontecimento único e irrepetível.

5. ANALISANDO A PARÁFRASE NA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

A seguir, passaremos a analisar efeitos de sentidos resultantes do procedimento parafrástico. Como bem observa Gülich (1992), (...) *há procedimentos lingüísticos cujo motivo de reformular não parece ser o de uma perturbação, mas, antes, ligado a fins conversacionais mais globais, por exemplo, as estratégias argumentativas*. A autora destaca como exemplos de estratégias argumentativas a generalização ou a exemplificação.

Nesse contexto, as paráfrases funcionam como marcas que materializam as atividades argumentativas. A atividade parafrástica cumpre o papel de constantes retomadas, assinalando lugares de estratégias argumentativas que atuam na estruturação do discurso, como foi discutido no capítulo 4. Nessas retomadas, há sempre processos de re-significação, de algum modo. Em nosso *corpus*, identificamos alguns desses movimentos de constituição de sentido, pela atividade parafrástica a que vamos chamar de: *paráfrase modalizadora, paráfrase intensificadora ou enfática, paráfrase gradativa, paráfrase explicativa, paráfrase explicitadora e paráfrase exemplificadora*. Vale ressaltar que, ao estabelecermos essa tipologia, estamos tomando-a mais como orientadora das nossas análises, sem contudo nos comprometermos com a defesa de que tal tipologia seja suficiente para abranger o fenômeno parafrástico.

5.1. Paráfrase modalizadora

Consideram-se as modalidades como ato ilocutório, posto que exprimem a atitude do locutor em relação ao enunciado que produz. Nesse sentido, Parret (1988:50) assevera que *o ato ilocutório é constitutivo de uma certa realidade e, além disso, motivado pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções, não sondáveis e escondidas mas classificáveis e 'convencionalizadas'*. Nessa perspectiva, os operadores modais modificam o conteúdo semântico do enunciado, revelando o nível de engajamento do locutor com o que ele enuncia.

Koch (1984:86-87), tratando das modalidades do discurso, postula que *ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionais de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais)*. Assim sendo, instala-se no próprio quadro da enunciação, uma verdade lingüisticamente construída.

A autora apresenta, dentre os vários tipos de lexicalização possíveis das modalidades, os que se seguem:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.;
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, etc.;
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, etc.;
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, possivelmente, etc.;
- e) formas verbais perifrásticas: poder, dever, querer, etc. + infinitivo;

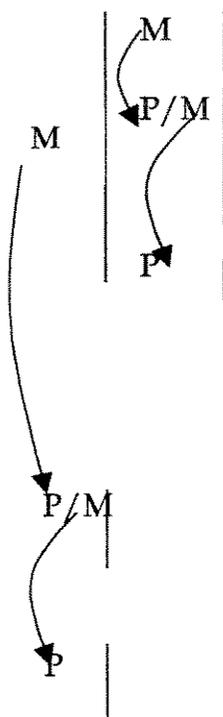
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo, etc.;
- g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, etc.;
- h) entonação: (que permite, por exemplo, distinguir uma ordem de um pedido na linguagem oral).;
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo.

De posse desse quadro, pretendemos, a seguir, investigar em algumas passagens, casos em que o mecanismo parafrástico se realiza pelo recurso à modalização, o que nos leva a identificar esse tipo de paráfrase como *paráfrase modalizadora*. É nesse sentido que defendemos que o enunciado de origem, ao ser reformulado, no caso específico, pela paráfrase, incontornavelmente não é mais o mesmo, já que nesse movimento de reformulação, os sentidos se desdobram, ganham novas nuances. O locutor, com o intuito de direcionar as conclusões do seu interlocutor, lança mão de lexicalizações da modalidade, dentre outros recursos, como veremos adiante, e, desse modo, “deixa” imprimir no seu dizer, graus de engajamento com o seu próprio dizer.

Senão vejamos:

Texto 11

L1 - o modernismo realmente trouxe isso pra nós né?...



houve essa possibilidade de libertação do homem...

um meio de dizer o que (es) tava pensando...

romper com a questão da rima... romper os versos...

essas coisas todas...

eu acho que isso... só por/ só por causa disso...

aí já vale dizer que...

houve ruptura sim... tá entendendo?..

pode não ter sido (louvável) porém...

houve realmente é... é... do ponto de vista sistemático... tá?...

(SI8, F1B, Mb)

O texto 11, produzido numa aula que versava sobre o movimento modernista, traduz em seus movimentos parafrásticos uma opinião do locutor em relação à possível ruptura provocada pelo movimento modernista no Brasil. Constata-se que, na evolução do texto, o locutor vai intensificando o seu comprometimento com o que está sendo dito. Para isso, os modalizadores exercem papel relevante (cf. Koch, 1984: 74-88). O enunciado que dá a saber das mudanças influenciadas pelo modernismo é o seguinte: *houve essa possibilidade de libertação do homem...* que se desdobra parafrasticamente em: *um meio de dizer o que (es)tava pensando... romper com a questão da rima... romper os versos... essas coisas todas...* Os enunciados parafrásticos se configuram como uma enumeração e logo são parafraseados por um enunciado que resume tudo que fora enumerado antes,

dando o acabamento ao dizer: *essas coisas todas*. Logo adiante, todo o enunciado, incluindo a paráfrase anterior, é parafraseado em seqüência por *houve ruptura sim... tá entendendo?* e *houve realmente é... é... do ponto de vista sistemático... tá?... Mas, entre esses dois últimos enunciados parafrásticos e o enunciado de origem há um enunciado, sobre o qual talvez fosse significativo deter-se um pouco para melhor compreensão das pretensões discursivas do locutor. E é o que faremos. Após o locutor enumerar o que entende ser importante para argumentar a favor da ruptura provocada pelo modernismo, introduz um enunciado que modaliza o quantificador de exclusão só: *eu acho que isso... só por/ só por causa disso... aí já vale dizer que... houve ruptura sim... tá entendendo?... Há um jogo discursivo nesse dizer que remete para a valorização do que foi dito no enunciado de origem, isto é, só pelo que foi dito já vale dizer, é necessário que se diga, ou mais: isso já é suficiente para que se dê como verdade que houve ruptura, de fato. O locutor modaliza, engajando-se no seu dizer que se apresenta como valor de verdade, e esse valor a que o locutor recorre para validar a sua argumentação repousa na qualidade, posto que remete ao verdadeiro. Por essa via pode-se dizer que se encontra em presença de um valor de ordem superior e, desse modo, o locutor joga a sua argumentação para o topos da qualidade. Como assevera Perelman (1996), o argumento que se ampara no lugar da qualidade não se submete ao número, à quantidade; o que se leva em conta é um valor de ordem superior, incomparável. Conforme as circunstâncias, em qualquer área do conhecimento, recorre-se, ora aos valores abstratos ora a valores concretos para motivar o ouvinte a fazer a escolha pretendida pelo locutor, ou seja, recorre-se**

ao valor como base de argumentação. (Perelman, 1996:83-90). Assim, o locutor leva o ouvinte a crer que *só* por algumas liberdades poéticas, já se pode dizer que houve ruptura com o modernismo. Essa argumentação é utilizada para dar o argumento como verdadeiro.

Observa-se, então, no todo do texto 11: o locutor constrói um argumento a favor de uma tese e nele apresenta exemplos que parecem constituir fundamentos para sua tese. Mas entende que, para alcançar a adesão do ouvinte, necessário se faz remeter a sua argumentação para algo que possa ser mais forte, mais válido argumentativamente e por isso mesmo recorre ao lugar da qualidade para mostrar ao interlocutor o valor de sua tese, ou seja, o modernismo é apresentado como, verdadeiramente, o lugar de ruptura caracterizada pela liberdade de expressão do homem, pelo rompimento da estrutura do poema. Discursivamente, o locutor busca argumentos como algo verdadeiro que por si só é suficiente para obter a adesão do ouvinte, não pela quantidade, mas pela qualidade, ou seja, pelo que o objeto em si contém de verdadeiro.

Não se pode perder de vista, nesse jogo argumentativo, o emprego do modalizador epistêmico: *realmente*, que explicita o engajamento, em alto grau, do locutor com o seu *querer-dizer*, obrigando o interlocutor a ver e aceitar essa verdade²⁹ como tal. E assim se verifica o deslize de sentidos entre enunciado de

²⁹ Ilari (1992:222) postula que os modalizadores epistêmicos compreendem três sub-classes: os **asseverativos**, os **quase-asseverativos** e os **delimitadores**. Os asseverativos exprimem um grau altíssimo de comprometimento do falante com a verdade do discurso; os quase-asseverativos decorrem de uma baixa adesão do locutor com a verdade do que está sendo enunciado e os delimitadores *implicitam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo* tais como: quase, em geral, basicamente, praticamente, etc.

origem e paráfrase.

No texto que se segue, as paráfrases modalizadoras revelam uma obrigatoriedade instalada no dizer.

Texto 12

L1 - na minha gestão... caso eu seja eleito a Reitor...

co/como se dará essa prioridade?...

de várias maneiras...

primeiro... a equipe que assumir comigo

vai ter que saber que não pode pensar a Universidade Federal do Pará a partir de Belém...

tem que pensar a partir do estado inteiro....

portanto é necessário que o interior se traduza em políticas de vagas....

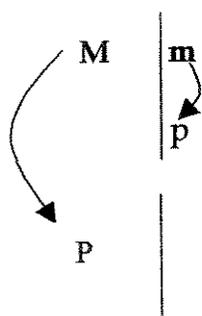
custo financeiro... custo pra... pra... recursos materiais e equipamentos...

isso aqui não pode ser anexo

ou sobra do orçamento de Belém...

isso aqui tem que ser tratado como/deve ser tratado

com prioridade...



(SI19, F4, Mb)

A modalização que marca os sentidos da relação parafrástica no texto 12 é deôntica. Para tornar seu discurso mais convincente, o locutor lança mão do

recurso da autoridade, justamente porque as condições de produção (campanha para eleição de Reitor) impõem certas estratégias argumentativas. Isso se comprova com o largo emprego de lexicalizações das modalidades deônticas tais como: *tem que... não pode... é necessário...*, etc. As paráfrases, nesse caso, se apresentam altamente marcadas pela força argumentativa. A relação de negociação é praticamente zero entre os interlocutores.

Outra questão a ser observada é que a paráfrase em destaque, na relação com o enunciado reformulado: *vai ter que saber que não pode pensar a Universidade Federal do Pará a partir de Belém...*, desloca significações outras que revelam um menor comprometimento do locutor no enunciado de origem em direção a uma maior adesão, marcada no parafraseamento; ou seja, a paráfrase, ao retomar um ato ilocucional de modalidade deôntica, re-significa-o, conferindo-lhe um outro nível de obrigatoriedade: *tem que pensar a partir do estado inteiro...* É certo que o sentido obrigacional se mantém entre EO e paráfrase, no entanto, EO se reporta ao que não pode ser feito, ao passo que a paráfrase explicita o que tem que ser feito, numa perfeita relação de proibição e obrigação: não pensar a Universidade Federal do Pará a partir de Belém significa pensar o *campus* de Belém e os *campi* do interior com a mesma prioridade. E parece ser no parafraseamento que o locutor procura estabelecer compromissos com o seu interlocutor. No enunciado de origem, constata-se uma realidade com a qual o locutor não se compromete, caso seja eleito, e, ao reformular esse dizer, manifesta seu compromisso, em outro nível, com o interlocutor. Essa compreensão se explicita melhor nos enunciados seguintes: isso

aqui não pode ser anexo ou *sobra de Belém...*; *isso aqui tem que ser tratado como/deve ser tratado com prioridade...* O dêitico *isso aqui* se remete, claramente, a um campus do interior do Pará em que o locutor profere o seu discurso de campanha eleitoral. Dizer que o campus não pode ser anexo da Universidade em Belém remete ao fato de que os campi do interior do Pará não gozam de autonomia financeira, não têm prioridade no planejamento geral da Universidade Federal do Pará, o que se comprova pelas paráfrases : *ou sobra do orçamento de Belém...*; *isso aqui tem que ser tratado como/deve ser tratado com prioridade...* Assim, as paráfrases vão cumprindo a função de ampliar sentidos, e ao mesmo tempo vão marcando, pela modalização, o acordo que o locutor quer estabelecer com o interlocutor.

A cada retomada parafrástica, o locutor só aumenta o compromisso que se estabelece no e pelo dizer perante o interlocutor. As paráfrases modalizam o discurso obrigando o interlocutor a vê-lo de um certo modo e a ele aderir sem reservas.

Essa obrigatoriedade instalada pelas paráfrases modalizadoras é muito freqüente no nosso *corpus*. Ressalta-se, entretanto, que nos discursos didáticos, diferentemente do texto anteriormente analisado, embora as paráfrases modalizadoras se mostrem com freqüência, elas parecem menos marcadas argumentativamente. Constata-se, por exemplo, nos textos 13 e 14, a seguir.

Texto 13



L1- **isso não quer dizer que as técnicas de ensino**
elas não/ não têm que ser dinâmicas...
elas são dinâmicas mas elas...
devem comportar um determinado conteúdo...
a técnica... ela não pode ser superficial....
a ponto de você animar a aula
ser festiva etecetera... mas... não fica nada....
mas não fica nada em termos de conhecimento...
então tem que haver tem que haver conhecimento
em todo momento...
seja divertido... seja colorido...
() o conhecimento é imprescindível.... (...)

(SI25, F8A, Mb)

Texto14

L1-quando os racionalistas inatistas representados por De/
 Descartes
 vão afirmar o quê?

m
p/m na/ o sujeito é **um** sujeito poderoso...
m um sujeito robusto....

	<u>que já nasce com <i>as idéias</i>.....</u>
	<u>com a forma () e o conteúdo do conhecimento...</u>
	<u>ja possui as idéias ()... na verdade....</u>

por que remonta a Platão né?...

(SI27, F9A, Mb)

Ambos os textos são produzidos em contexto de sala de aula. No texto 13, o locutor, embora admita que as técnicas de ensino devam ser dinâmicas, ressalta, nas paráfrases, que as mesmas não devem ser desprovidas de conteúdo: *a técnica... ela não pode ser superficial a ponto de você animar a aula ser festiva etecétera... mas... não fica nada....mas não fica nada em termos de conhecimento; tem que haver conhecimento; o conhecimento é imprescindível*. E na alternância entre o dinamismo que as técnicas devem conter e a defesa de que se deve primar pelo conteúdo, o locutor vai marcando seu propósito que é refutar a técnica pela técnica (superficial) na atividade pedagógica. Mas esse posicionamento não é tão marcado, autoritário. O locutor, mesmo marcando seu dizer com verbos modais (devem, não pode, tem que haver, é imprescindível) relativiza o seu discurso, isto é, o locutor defende que as técnicas de ensino devem ser dinâmicas, sem, contudo, descuidar do conteúdo, que é imprescindível. Como se vê, a modalização permite maior negociação discursiva em relação aos dois textos anteriores.

No texto 14, L1, após vários parafraseamentos do enunciado que reporta à noção de sujeito na visão de Descartes, resume tudo que foi dito num último enunciado parafrástico que mostra, pela modalização (*na verdade*), o envolvimento do sujeito com aquilo que diz, ao mesmo tempo em que pretende encaminhar as conclusões de seu interlocutor. Acompanhando o percurso argumentativo do texto 14, vemos que L1, ao dizer que, na visão de Descartes, *o sujeito é um sujeito poderoso*, decide, pelo recurso parafrástico, explicitar *poderoso*, definindo-o como *robusto... que já nasce com as idéias...* Nesse ponto, sente a necessidade de também parafrasear *as idéias* por *com a forma () e o conteúdo do conhecimento*, o que configura claramente o intuito do locutor de ir definindo e ampliando sentidos na sua atividade de argumentar, e, finalmente, fecha no sentido do seu *projeto de dizer*, o que seja o sujeito para Descartes: *já possui as idéias ()... na verdade...* o que se configura como uma paráfrase resumidora, sobre a qual nos deteremos mais amiúde posteriormente. Tratando-se do resumo, este é uma atividade que, explicitamente, apresenta pontos do já-dito, através dos quais o locutor seleciona o que lhe interessa e que vale para o que pretende argumentar, de modo que, ao mesmo tempo em que retoma o já-dito, faz esquecer outras coisas do já-dito. A paráfrase resumidora, nesse contexto, tira da noção de resumo uma das suas funções que é a seleção e, assim, o locutor focaliza os aspectos que interessam para a tese que está defendendo.

Retomando a nossa suposição acerca de paráfrases modalizadoras mais marcadas e menos marcadas argumentativamente, possivelmente tal ocorrência

esteja vinculada ao tipo de discurso em que as paráfrases são produzidas, posto que na maioria das vezes, o discurso didático se reporta a outros discursos já explicitamente formulados (textos científicos), ou seja, constitui comentário de discursos outros e, nesse caso, as modulações parafrásticas manifestam-se mais atenuadas, menos enfáticas argumentativamente, enfim mais negociadoras, ao contrário do que se observa em debates, assembléias, etc. Vale dizer que a tessitura³⁰ da voz é relevante para essa observação.

Identifica-se também, no *corpus* analisado, grande ocorrência do que Hilgert (1989:184) denomina, com Gaulmyn (1987), de *quase-repetições*, já referidas anteriormente. Os autores aplicam essa denominação a todos os casos de repetições *modificadas pelo acréscimo de um ou mais termos ao enunciado de origem ou pela variação de algum deles*. Do nosso ponto de vista, tais paráfrases se enquadram perfeitamente, nos casos de paráfrases modalizadoras.

Por exemplo:

Texto 15

L1 - na/nesse sentido é de que... nesse sentido é que Francis

Bacon...

| m ele é... ele é... materialista

| p completamente materialista

dizendo... só aquilo que a minha experiência capta

³⁰Tessitura corresponde ao espaço entre o tom mais baixo e o tom mais alto da fala. (Cagliari, 2000:7), mimeo.

em termos materiais... aí sim...

eu posso considerar como verdadeiro...

(SI29, F10A, Mb)

Texto 16

L1 - vamos ver... vamos ver então o método... o método...

empírico...

o método empírico ele é... o método... indutivo...

| m **é o método indutivo...**

| p completamente indutivo...

(SI29, F10A, Mb)

Texto 17

L1 - a grande a grande... questão para Francis Bacon

era a ciÊNCia verdadeira....

| m e Francis Bacon acreditava que a raZÃO...

| p unicamente a razão

seria capaz de levar (o homem)

ao conhecimento verdadeiro e à ciência verdadeira ok?...

(SI29, F10A, Mb)

Nos três segmentos, observa-se que o modalizador cumpre, efetivamente, o papel reformulador do enunciado matriz. Nesse caso, o movimento parece ser mesmo parafrástico, e não de repetição.

5.2. Paráfrase intensificadora ou enfática

Denominamos paráfrases intensificadoras ou enfáticas aquelas que, ao parafrasear o enunciado de origem, o fazem intensificando um segmento do enunciado reformulado.

No campo da paráfrase intensificadora ou enfática, destacam-se aquelas paráfrases, cuja intensificação se dá pela entoação melódica incidindo sobre algum segmento do enunciado parafrástico. Hilgert (1989:356-357) observa que o mais comum nos diálogos por ele analisados é a combinação de um tom mais baixo com a fala mais rápida, funcionando como marcador parafrástico. Por outro lado, destaca também a entoação como anúncio de parafraseamento, isto é, a ocorrência da enunciação mais enfática em relação à matriz. Esse é também um caso encontrado no *corpus* em análise, conforme se destaca nas passagens a seguir:

Texto 18

L1 - no final... ele... Camões né?...

que é o protagonista principal...

M |
P/M |

ele quer queimar os (versos) de Lusíadas...

ele fala que quer queiMAR...

P

então ele fala muito...

(SI3, F1A, Mb)

Texto 19

L1 - porque é o seguinte... a questão é:...

a gente não pode... achar ruim...

o questionamento do que é original...

M
P

porque não existe o original...

existe UM momento original..

(SI8, F1B, Mb)

Texto 20

M
P/M
P

L1- veja bem então... Todo conhecimento- -

- -essa é outra premissa de Bacon....

todo conhecimento... todo conhecimento é... a posteriori...

a posteriori... à experiência...

não eXISTe nenhum conhecimento a priori nos/a posteriori

quer dizer... todo conhecimento vem depois da experiência...

(entoação baixa e aceleração de voz)

(SI29, F10A, Mb)

Nos três textos, a tessitura, de par com o mecanismo parafrástico, dá ênfase ao que se enuncia, imprimindo mais força à atividade argumentativa.

Nesse sentido, a ênfase é destinada a um segmento do enunciado parafrástico sobre o qual recai também a tessitura mais alta. Tal procedimento sugere o “lugar-alvo” justamente para onde o locutor quer conduzir as conclusões do ouvinte. No texto 18, trata-se do relato de uma peça que compõe a obra de Casimiro de Abreu. O locutor relata a obra, enfatizando os sentimentos por que passam as personagens, dentre elas Camões, a ponto de essa personagem querer queimar a sua obra. Nesse sentido, a ênfase dada ao enunciado - *ele quer queiMAR* - pelo recurso prosódico incidindo sobre a palavra “queimar”, sugere uma certa reação do próprio locutor em relação ao seu dizer (queimar Os Lusíadas), e, ao mesmo tempo, a tentativa de provocar essa mesma reação no interlocutor. Isso se confirma pela atividade parafrástica que se atualiza no enunciado seguinte, explicitamente marcado pelo intensificador *muito*, isto é, além da entoação melódica forte, o locutor recorre ao intensificador para assegurar a força argumentativa.

Na segunda passagem, a paráfrase também opera com a ênfase melódica sobre o determinante *um*. Quando se analisou esse enunciado no seu todo, no texto 10, com o objetivo de discutir a organização argumentativa na estruturação do discurso, viu-se que o argumento principal que sustenta o enunciado como um todo é o de que não existe originalidade na arte. O locutor tenta conduzir a idéia de que o artista é original em alguns aspectos de sua obra e, portanto, em alguns momentos de produção da obra, mas não em absoluto, posto que ele sofre influências de outras escolas. Por essa via, é possível identificar que a

intensificação sobre o determinante *um* remete ao todo do texto, assegurando assim o objetivo ilocucional.

Em 20, trata-se de uma aula em que o falante apresenta o pensamento filosófico de Francis Bacon. É interessante observar que, mesmo tratando-se de um discurso que comenta um outro discurso explicitamente já produzido (texto escrito), ele não escapa a um direcionamento argumentativo, como já constatamos em outras passagens. Confirma-se assim, o que defende Ducrot: *falar é argumentar*. Prosseguindo a análise, o locutor, ao emitir o pensamento de Francis Bacon, reformula-o: *Não eXISte nenhum conhecimento a priori nos/a posteriori*, e esta paráfrase se torna matriz para outro parafraseamento; *quer dizer... todo conhecimento vem depois da experiência...* No primeiro segmento parafrástico, há a presença da tessitura melódica mais alta na sílaba tônica da palavra *existe*, marcando, à maneira dos dois outros exemplos analisados, o ponto para onde o falante pretende dirigir as convicções do interlocutor. Mas a alternância da força melódica também funciona como um jogo de estratégias argumentativas. Com efeito, na produção do segundo parafraseamento: *quer dizer... todo conhecimento vem depois da experiência*, o que se constata, ouvindo a gravação, é um tom extremamente baixo para o enunciado inteiro, combinando com o aceleração de voz. Analisando o texto no seu todo, essa é uma estratégia constante do interlocutor, ou seja, ele também emprega como recursos de reforço argumentativo, ora um tom mais baixo, ora mais alto. Como já referimos anteriormente, Hilgert também constatou, nos diálogos que analisou, esse

mecanismo de combinação de tom baixo com fala acelerada como anúncio de parafraseamento.

Além da combinação entre paráfrase e recursos paralingüísticos vocais, associados a esses dois mecanismos concorrem os fenômenos paralingüísticos não-vocais (acenos de cabeça, mãos, expressões faciais, gestos, etc.) para dar fluxo à dinâmica interacional. Ressaltando a importância de fenômenos paralingüísticos na produção dos sentidos, afirma Abercrombie (1969:61), apud (Lyons, 1967): *Falamos com os nossos órgãos vocais, mas conversamos com todo o corpo... Os fenômenos paralingüísticos... ocorrem paralelamente à língua falada, interactivam com ela, e produzem juntamente com ela um sistema de comunicação total... O estudo do comportamento paralingüístico faz parte do estudo da conversação: o uso da língua não pode ser devidamente compreendido se não forem tidos em conta os elementos paralingüísticos.*

Veremos adiante, nos casos de gradação parafrástica, como também a entoação concorre fortemente para marcar direcionamentos argumentativos.

5.3. Paráfrase gradativa

Os exemplos apresentados pelos dois textos abaixo mostram as paráfrases dispostas de tal maneira que os argumentos se apresentam numa ordem hierárquica. Vejamos:

Texto 21

L1 - então a lei dizia que ele tem que ter o original...

aí o cara chegou desapareceu com a própria prova...

acabou o quê?... a prova da relação obrigacional...

resultado... não tem como mais () tocar... ()

L2 - isso é manobra?

L1 - se isso é manobra?

m)	Isso é crime ...
p/m)	<u>Isso é uma sem - vergonhice...</u>
p)	<u>Isso é uma safadeza...</u>

(SI14, F2B, Mb)

À guisa de informações sobre as condições de produção em que ocorreu o enunciado 21, o texto se desenvolve em uma aula de um curso Direito, em que o professor tenta explicar aos ouvintes que existem no campo jurídico determinados procedimentos chamados manobras legislatórias e cita como exemplo o caso de um advogado que desapareceu com laudos onde constariam provas de atos que exigiriam sanções. Mediante a pergunta do interlocutor se tal ato constitui uma manobra (legislatória), o locutor organiza uma outra pergunta do tipo retórica para em seguida desenvolver a sua resposta: *se isso é manobra?*. E introduz o enunciado: *isso é crime...* Tal argumento revela o empenho do locutor em apresentar a seu interlocutor a dimensão do ato que consiste em fazer desaparecer a prova do crime perante a justiça. No entanto, o locutor entende que esse argumento só não é suficiente para obter a anuência pretendida do seu

interlocutor, e assim se desencadeia uma seqüência de enunciados parafrásticos que atestam claramente uma manobra retórica, cujo efeito de sentido é a desqualificação gradativa do ato, isto é, orienta o ouvinte a concluir que o ato descrito constitui muito mais que uma manobra jurídica: é um procedimento vil de advogados: *isso é uma sem-vergonhice... isso é uma safadeza...*

Os argumentos são estrategicamente organizados numa escala que aponta para a desqualificação total do ato: *é crime... é uma sem-vergonhice... é uma safadeza*. Ora, dizer que tal ato constitui crime, é permanecer ainda no campo da formalidade jurídica, ao passo que, ao considerá-lo uma sem-vergonhice, chegando a safadeza, configura-se o trabalho do locutor em dar a conhecer que a manobra do advogado chega ao ponto máximo da imoralidade.

No exemplo representado pelo texto 22, constata-se, de igual maneira, as paráfrases dispostas numa gradação. A disposição gradual das paráfrases resulta num movimento de ampliação de sentidos. Segundo Hilgert (1997: 124), *quando, na passagem da matriz para a paráfrase, há um deslocamento de sentido do geral para o específico, verifica-se uma tendência de a paráfrase, do ponto de vista sintático e lexical, ser mais expandida. Quando porém, nessa passagem, o deslocamento de sentido vai do específico para o geral, nota-se uma condensação sintático-lexical da paráfrase*. Assim sendo, o movimento de sentido entre matriz e paráfrase se realiza passando de sentidos mais específicos para sentidos mais genéricos: *Nós... as pessoas... o homem...* Tem-se, nesse movimento, um processo de abstração, cujos argumentos se deslocam do conhecimento empírico para um conhecimento mais abstrato, o que

configura uma estratégia discursiva bastante eficaz, se considerar os propósitos do locutor, como vimos quando analisamos esse segmento no texto 10.

Texto 22

L1 - deontologia... deontologia é uma palavra que quer dizer...

deôntico... deôntico quer dizer a capacidade é:.... que o

m	sujeito tem...
p/m	<u>nós...</u>
p/m	<u>as pessoas...</u>
p	<u>o homem...</u> de cumprir deveres

(SI14, F2B, Mb)

Nos textos 23 e 24, a seguir, a paráfrase se manifesta estabelecendo uma relação gradativa de sentidos com o enunciado matriz, como ocorre no texto 22. No entanto, cumpre observar a mudança de registro marcada na relação parafrástica, indo do registro menos elevado ao mais elevado.

No texto 23, o locutor, inserido num contexto de reunião de colegiado de curso, discute a oferta de disciplinas para aquele semestre letivo. E argumenta para os seus parceiros a impossibilidade de ofertar mais de cinco disciplinas. Do enunciado elaborado para argumentar a sua tese, seleciona o que para ele está em jogo como mais importante na sua argumentação: *o máximo*. No mecanismo parafrástico mesmo reside a mudança de registro. Passar de *máximo* para *estourando* revela um deslocamento de nível de linguagem: estourando é um termo

típico da linguagem oral e o seu emprego, nesse contexto, marca estratégias adotadas pelo locutor que refletem uma natureza específica de interlocução, a qual não se define *a priori*, mas no ato mesmo da interação, como resultado de uma antecipação do locutor, à medida que este presume a distância entre ele e seu ouvinte. Deslocar, por jogos parafrásticos, um nível de linguagem para outro, resulta de uma perspectiva argumentativa e, portanto, a gradação explicitada pela passagem de um nível de linguagem para outro produz efeitos de sentido que vão além da pura informação. Em se tratando de uma reunião acadêmica, que exige um emprego de registro mais formal, o que motiva o locutor a optar por uma linguagem mais próxima de situações informais de interação? Ora, esse é um exemplo claro do que discutimos no item 1.2.1. acerca da relação fala e escrita, no sentido de que tal relação, vista na perspectiva do contínuo dos gêneros textuais, permite admitir que tais gêneros se efetivam dentro de um domínio discursivo e muitas vezes se mesclam nas práticas sociais, indo do mais formal ao mais informal de acordo com a instância enunciativa e os propósitos dos interlocutores. Não se trata, certamente, do emprego de *formas mais fáceis* como bem adverte Possenti (1981: 51), ao analisar a presença de marcas da oralidade em um texto escrito. No caso do texto 23, a nossa hipótese é de que entra em jogo, um cálculo do locutor: parafrasear *o máximo* por *estourando* é a forma mais apropriada para atingir determinados objetivos, isto é, o locutor presume que essa é a melhor forma de linguagem para a situação, porque ele entende que assim pode atingir com mais eficácia o seu propósito.

Texto 23

L1 - ...então agora eles vão fazer língua portuguesa quatro...
e para o mês de julho já está elencado o quê?...
cinco disciplinas que é o máximo que eles podem fazer...

| m o máximo...
| p estourando...

estourando tudo...

(SI22, F7A, Mb)

Texto 24

A1- nós vamos ter que fundamentar sua sentença
pra que ela seja o quê?... mantida...

| m mantida por órgão coletivo... maior...
| p/m mais alto...
| p superior....

igual () aqui no Brasil... entendeu?...

(SI14, E2B, Mb)

No texto 24 também se constata uma mudança de registro na atividade parafrástica, no entanto, tal mudança joga com o topos da hierarquia. Para Perelman (1996:90), *a argumentação se esteia não só nos valores abstratos e concretos, mas também nas hierarquias, tais como a superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens*. Para o autor, um dos princípios hierarquizantes de maior emprego é a quantidade maior ou menor de alguma coisa. Em se tratando da

argumentação, as hierarquias dos valores são mais importantes do que os valores em si. Isto porque, sendo os valores comuns a um grande número de auditórios, o que caracteriza cada auditório são menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza. De acordo com o auditório, o locutor favorece uma determinada hierarquia que indica quais valores foram excluídos.

Com base na argumentação de Perelman, defende-se que o texto acima, ao desdobrar numa escala o enunciado de origem: mantida por órgão coletivo... **maior...**, em enunciados parafrásticos: *mais alto... superior...* ampara-se no topos da hierarquia em função de uma estratégia retórica. O locutor, diante da pergunta sobre o que significa, no campo jurídico, *Corte de Cassação*, procura levar o interlocutor a uma certa compreensão e para isso joga com os argumentos dispostos numa relação, que evidenciam uma hierarquia de poder (maior/mais alto/superior); ou seja, nomear a *Corte de Cassação* como órgão coletivo maior, mais alto, superior, é dar-lhe um lugar de superioridade em relação a outras instâncias judiciais: trata-se de uma espécie de tribunal, cujas decisões estão acima daquelas concedidas pelo juiz. Para reforçar a intensidade da adesão que ele suscita, o locutor recorre a vários termos para mostrar ao seu ouvinte a posição que ocupa a *Corte de Cassação* na hierarquia das decisões judiciais. Por outro lado, esses deslocamentos passam também pela mudança de registro, o que nos leva a dizer que a paráfrase produz um efeito de sentido que também deriva da diferença de registro, determinada pelas imagens que o locutor faz do seu interlocutor na cena discursiva. Certamente, porque este vai experimentando o lugar do *outro* e

entende ser o caminho mais eficaz para atingir seus propósitos. E, assim, a diferença de registro é, então, constitutiva dos sentidos; ela concorre, ao lado de outros processos, para o jogo argumentativo que se estabelece na dinâmica interlocutiva. Nesse sentido, a forma do discurso é determinada pela dinâmica da interação. Tal reflexão se ampara em Bakhtin [1929] (1988: 114) ao afirmar que *a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc.*

Ainda falando da gradação parafrástica, pretende-se investigar casos em que a gradação parafrástica atua junto com a tessitura da fala, como se verifica nos textos 25 e 26, abaixo:

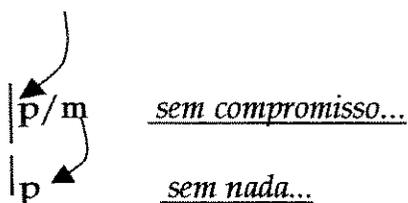
Texto 25

	<p>L1 - o original para mim é o marco zero</p> <p><u>é a primeira inspiração...</u></p> <p><u>é o momento LUZ...</u></p> <p><u>é a LUZ..</u></p>
--	---

(SI8, F1B, Mb)

Texto 26

	<p>L1 - agora se a gente quer a literatura soZINHA</p>
--	---



aí temos que questionar o original...

aí temos que questionar...

(SI8, F1B, Mb)

No enunciado 25, ocorre, colaborando fortemente para a construção de sentidos, a tessitura que se apresenta relativamente baixa na matriz, principalmente na expressão intercalada: *para mim*, e vai ganhando tom mais forte nas paráfrases. Cagliari (2000:07) afirma que o uso mais comum da tessitura é encontrado em palavras ou expressões intercaladas, as quais são pronunciadas com uma tessitura mais baixa... Tal procedimento se verifica no enunciado reformulado: *o original para mim é o marco zero...* A intercalação funciona como uma atenuação do que se afirma, isto é, o locutor não mostra a verdade do que diz como algo absoluto; no entanto, é no mecanismo parafrástico que ele procura manifestar maior compromisso, isto é, maior engajamento com o enunciado: *é a primeira inspiração... é o momento LUZ... é a LUZ*. E a tessitura mais alta é atestada na palavra *luz* empregada nos dois últimos enunciados parafrásticos.

Desse modo, tanto pela organização lingüística quanto pelo fenômeno paralingüístico (tessitura), o locutor organiza seu argumento gradativamente. Dito de outro modo, L1 organiza seus argumentos para uma conclusão tanto pelo tom

melódico (de um tom mais fraco para um tom mais forte) quanto pela organização lexical.

É razoável afirmar que, pela ênfase prosódica, os dois últimos enunciados parafrásticos se caracterizam como uma asserção forte em relação ao enunciado de origem, e, pela organização lexical, o locutor seleciona palavras e expressões para caracterizar o momento de origem da arte: *marco zero, primeira inspiração, momento LUZ, LUZ*. Tal caracterização vai sendo configurada pela forma como as palavras ou expressões se dispõem em cada paráfrase, ou seja, todos os argumentos vão, numa escala, dando novas âncoras, fechando sentidos em *luz*. Cada estratégia argumentativa construída pela paráfrase, vai estreitando, cada vez mais, relações de sentido com a conclusão para onde o locutor pretende encaminhar seus interlocutores. Assim, a palavra *luz*, no ápice da escala, traduz uma estratégia de ajustar significações, e verifica-se que tal escolha de organização lexical é mais determinante no encaminhamento de significações pretendidas.

Um movimento argumentativo inverso se observa no texto 26, em que o locutor, ao construir o argumento de que não se produz arte no ostracismo, isto é, toda arte sofre influências uma da outra e, por isso mesmo, não há arte original, organiza seu discurso pelo emprego de seqüências parafrásticas de segmentos lexicais, combinando com esse arranjo a gradação melódica descendente; isto é, o que ocorre é a passagem de um tom mais forte para um mais fraco.

Esse jogo harmônico entre organização lingüística e processos paralingüísticos parece funcionar como o único argumento de que arte isolada

não é arte. A propósito dessa observação, assinala-se que a palavra *sozinha*, do enunciado reformulado, vem marcada melodicamente, ao passo que, à medida que tal segmento vai sendo parafraseado por *sem compromisso, sem nada*, a tessitura vai se tornando cada vez mais baixa. É importante notar que a tessitura mais baixa nos enunciados parafrásticos acompanha os sentidos que movimentam os argumentos.

Ora, se no texto 25, a ênfase melódica acompanha a gradação argumentativa, cuja organização lexical exerce o papel de preencher sentidos, no texto 26, a tessitura mais forte para a mais fraca concorre com a organização lexical para esvaziar sentidos : *sozinha, sem compromisso, sem nada*. Ouvindo atentamente a gravação, percebe-se que o falante, ao pronunciar o enunciado *sem nada* já o faz numa tessitura baixíssima em relação aos outros enunciados.

Assim, a paráfrase, além de se apoiar no topos retórico ou lugares-comuns, como se constatou nos textos 9 e 10, pode ser enquadrada na noção de Classe Argumentativa tratada por Ducrot, (1973), segundo o qual, o locutor, inserido numa certa situação discursiva, coloca dois enunciados p e p' na CA determinada por um enunciado r , se ele entende que os argumentos p e p' argumentam a favor de r . Para o autor, quando dois ou mais enunciados de uma classe se organizam numa gradação de força crescente tem-se uma escala argumentativa. Essa noção é relevante para o tratamento que se procura dispensar às paráfrases, isto é, ao reformular o enunciado de origem, as paráfrases ocupam lugar mais alto na escala argumentativa. A força argumentativa crescente,

provocada pela disposição dos enunciados, revela como os argumentos atuam hierarquicamente na organização textual.

Como se vê, a organização textual não é gratuita, mas motivada por um *projeto de dizer*. O falante tem um propósito a atingir, e seu discurso é planejado na atividade de interlocução de maneira que os elementos segmentais se organizam coesivamente em direção a esse propósito. No texto 26, por exemplo, a disposição dos argumentos numa escala permite que todos os elementos textuais orientem para a desvalorização de um tipo de arte, de modo que o discurso vai construindo como menos importante, através da entoação, da tessitura e da escolha do léxico, um objeto do discurso que é a arte não engajada como desprovida de valor. Assim sendo, uma verdade vai sendo construída argumentativamente.

5.4. Paráfrase referenciadora

Comte (1996), analisando processos de encapsulamento anafórico, ressalta que esse é um instrumento coesivo através do qual uma frase nominal funciona como uma *paráfrase resumidora* de uma porção precedente de um texto. Hilgert (1989) também atesta em suas análises que há casos em que a paráfrase cumpre o papel de resumir o enunciado reformulado.

Com base nesses postulados, pretendemos assinalar casos em que a atividade de parafraseamento se encarrega de resumir o enunciado reformulado com o auxílio de um elemento anafórico, preferencialmente, o pronome

demonstrativo *isso*. Nesse caso, prevalece a observação feita quando analisávamos o texto 14, no sentido de que a paráfrase resumidora extrai da noção de resumo uma das suas funções que é a seleção, predicando os argumentos que são considerados pelo locutor como de maior peso para a tese que defende.

Texto 27

L1- houve a ruptura...

L2- então...

L1- mas o que que está se questionando...

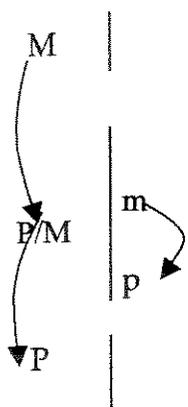
L2 - sim ... mas aí o que eu estou dizendo... mas houve essa

L3 - não houve ruptura como eles pretendiam...

L2 - não... mas dá licença...

o que eu estou dizendo...

o que eu acho é o seguinte...



I... eu não estou questionando o ato (final)

eu não estou dizendo que o cara não deve julgar os modos ()

nem lutar contra esses períodos anteriores...

renascença anterior na nova fase...

eu não (es)to(u) questionando isso

(SI8, F1B, Mb)

Texto 28

L1 - e aí ele diz o seguinte...

M | **primeiro... nós temos que abrir mão dos ídolos... do**
tempo...
os ídolos do tempo...
que são os ídolos do tempo?
aquelas verdades pregadas pela religião... né?...
P | primeiro abrir mão disso
depois... os ídolos de mercado...

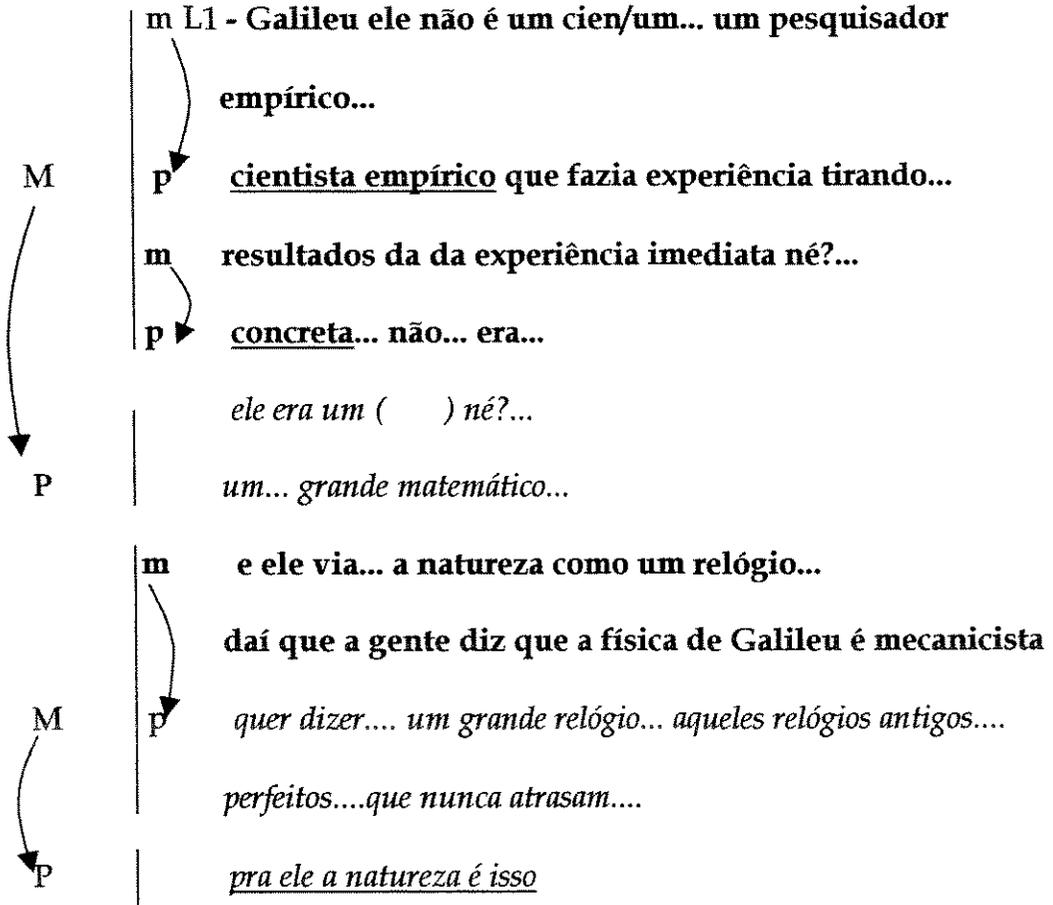
(SI29, E10, Mb)

Texto 29

M | L1 - e por isso então () que Mário de Andrade....
é::... sempre em seus poemas ele ressalta essa questão né?...
ele está sempre falando das coisas materiais
que o povo dá importância né?...
P/M | como a gente pode observar aqui na pracinha...
umas madame(s) umas patricinhas só falando né?...
em em dinheiro em luxo... em vaidade né?...
P | e Mário de Andrade... ele sempre relata isso... né

(SI19, F1B, Mb)

Texto 30



(SI26, F7, Mb)

Texto 31

L1 - a arte nos fala também de filosofia...

essa busca toda que a gente está aqui tentando... achar

essa busca é... tentando achar uma resposta...

o modernismo realmente trouxe isso pra nós né?...

M	houve essa possibilidade de libertação do homem...
P/M	<i>um meio de dizer o que estava pensando...</i>
P	<i>romper com a questão da rima...romper os versos...</i>
	<u><i>essas coisas todas</i></u>

(SI8, E1B, MB)

Todas as paráfrases grifadas remetem a enunciados pelo mecanismo da referenciação, cuja função, na maioria dos casos, é de resumir tudo o que fora dito, dando o acabamento ao jogo argumentativo. No texto 27, L2, após uma longa discussão sobre a ocorrência ou não de ruptura no comportamento cultural da sociedade brasileira com o movimento modernista, argumenta a favor da idéia de que houve sim essa ruptura. L3, por sua vez, contesta essa opinião, afirmando que não houve ruptura como os modernistas pretendiam. Retomando o turno, L2 tenta explicar em que sentido defende ter ocorrido ruptura, e assim, introduz seu argumento *Eu não (es) to(u) questionando o ato (final)*. Depois de tentar fundamentar seu argumento, retoma o enunciado de origem por uma paráfrase referenciadora, evidenciando uma tentativa de garantir, ou melhor, de reafirmar seu compromisso com o dizer anterior.

A paráfrase referenciadora exemplificada no texto 28 apresenta-se como uma estratégia explícita de progressão discursiva, posto que o locutor irá apresentar uma seqüência de enunciados referentes a tipos de ídolos (preconceitos), dos quais o pesquisador precisa se livrar no ato da pesquisa e, para

manter atualizado cada enunciado na mente do interlocutor, emprega o recurso da recapitulação através da paráfrase referenciadora. Vem-se constatando, pelas análises, que esse é também um recurso discursivo bastante empregado no discurso didático.

Nos textos 29, 30 e 31, o emprego da paráfrase pela referenciação traduz o claro propósito de resumir o enunciado de origem. Em 31, por exemplo, L1, ao enumerar as várias mudanças possibilitadas pelo modernismo, resume todos os enunciados pela paráfrase: *essas coisas todas*. Nesse caso, diferentemente dos outros exemplos, a referenciação se dá pela nominalização. O locutor parafraseia todos os enunciados antecedentes recategorizando-os por coisas³¹. Isso significa que, ao referenciar pela paráfrase, o locutor emite um ponto de vista sobre o dizer reformulado e, nesse caso, orienta conclusões, evidenciando assim o papel argumentativo das paráfrases.

5.5. Paráfrase explicativa

Gülich (1990), tratando de seqüências explicativas como resultado de um trabalho interativo, postula que os participantes do ato de interlocução se servem de diferentes métodos para explicar uma palavra, dentre eles, a reformulação parafrástica. A autora constata em passagens analisadas que a explicação é uma condição prévia para a intercompreensão que se põe aos interlocutores; ela

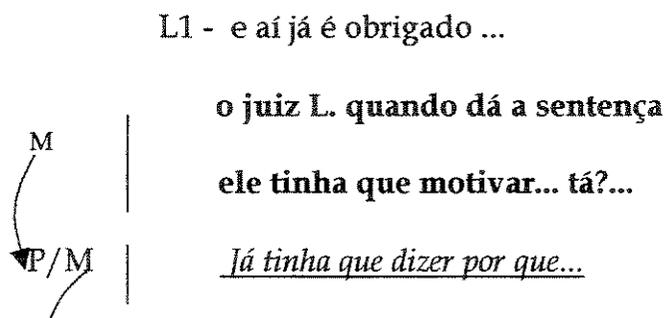
³¹ Sobre estratégias de referenciação, veja dentre outros, Francis (1994); Comte (1996); Koch (1998, 1999, 2000, mimeo); Koch e Marcuschi (1997; 1998, mimeo).

também pode ocorrer em função de uma antecipação do locutor, ainda que o interlocutor não manifeste nenhum problema de compreensão.

Hilgert (1989), ocupando-se dos aspectos de decomposição e recomposição semêmica da paráfrase, conclui que em geral esses dois mecanismos se textualizam, respectivamente, na expansão e condensação sintático-lexical. De acordo com as observações do autor, a expansão parafrástica pode atender a diferentes funções no processo de organização textual: pode atuar como *explicação definidora*, que cumpre a tarefa de definir o que fora enunciado na matriz, ou como *explicitação*, que leva a paráfrase a uma precisão ou especificação do enunciado de origem.

Hilgert (1989:328) admite, com Gülich e Kotschi (1987 a : 241 e 1987b), que as explicações definidoras são atestadas somente por paráfrases expansivas que se encarregam de definir conceitos abstratos empregados na matriz. Caso contrário, a expansão parafrástica está relacionada à precisão e à especificação das informações e, nesse caso, a função é *explicitadora*. Assim, observemos alguns exemplos de paráfrases explicativas:

Texto 32





quando ele... quando ele...

a decisão é dessa forma... resolvendo na ()

ele dava uma decisão FINAL...

ele tinha que argumentar por que... ele tomou aquela...

aquela decisão tá?

(SI14, F2B, Mb)

Texto 33

L1 - nesse caso você está analisando aí...

o semântico dele...



nós (es) tamos analisando só o sintático...

a posição dele na frase...

a relação dele com as palavras na frase...

(SI30, F11, Mb)

Texto 34

L1 - pretoriano... que é pretoriano?...

pretoriano são as discussões dos tribunais ta?...

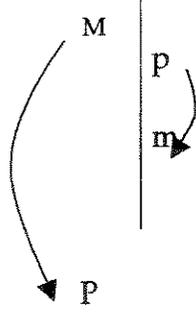
é o que a gente chama de pretoriano...

porque ela vem dos pretores ta?...

dos juízes...

então é... a construção pretoriana...

quer dizer... é a construção ju-ris-pru-den-ci-al... tá?...



(SI14, F2B, Mb)

Em todos os exemplos, a função da paráfrase na relação com a matriz, é explicativa, posto que se desenvolve uma relação de denominação ou especificação de conceitos. No texto 32, L1, expondo as três fases por que passou o Direito, caracteriza uma delas como aquela em que o juiz tinha que motivar a sentença apresentada: *Ele tinha que motivar... tá?...* A decisão de L1 em parafrasear o enunciado ocorre, possivelmente, pela necessidade de melhor definir o sentido do que seja *motivar*, na área jurídica. Assim, todos os mecanismos parafrásticos se desencadeiam em função desse conceito, o que se comprova pela presença dos segmentos parafrásticos: *... dizer por que...; argumentar por que...* que remetem à definição da palavra *motivar*.

No texto 33, a paráfrase se encarrega de definir o que o locutor quer dar a entender do que significa *sintático*, e assim parafraseia: *a posição dele na frase...; a relação dele com outras palavras na frase*. Esse mecanismo explicativo pela paráfrase, se configura como um recurso de levar o interlocutor a entender o enunciado como tal e, por isso mesmo, às vezes ocorrem várias tentativas de ajustamento de sentidos, como é o caso dos textos 32 e 33, até chegar finalmente à formulação desejada. Constata-se assim que a produção de uma reformulação parafrástica supõe da parte do locutor uma vontade de adaptação ao auditório (aos locutores). Nesse sentido, a paráfrase é o indício de um comportamento cooperativo, como bem observam Charolles e Coltier (1986:58).

No texto 34, embora a função da paráfrase seja precisar um enunciado, o procedimento parafrástico não se efetiva por uma expansão parafrástica. A esses

casos em que a paráfrase se textualiza com uma mesma dimensão sintática da paráfrase, Hilgert (1989:342) denomina *variação parafrástica*.

5.6. Paráfrase explicitadora

Segundo Hilgert, as paráfrases explicitadoras se encarregam de definir uma denominação ou explicitar um resumo. Isso se constata nos segmentos abaixo:

Texto 35

L1 - a diferença entre a neces/entre a necessidade social e o orçamento tem que ser buscada em outros recursos (outros capitais)...

M
P

dá trabalho...

isso exige compromisso social

M
P

e você tem que ter uma equipe arregaçando as mangas...

que vá atrás de recursos necessários

(SI19, F4A, Mb)

Texto 36

L1 - a experiência empírica da pesquisa e da ciência...
é quando o pesquisador está

m
P

EM contato com o objeto pesquisado

com a mão na massa

Texto 37

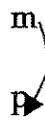
L1 - inclusive em alguns casos até é:...

é... sabendo/ sabendo que o sentido da lei

seja totalmente outro daquele imaginado pelos
legisladores tá?...

por quê?... porque aquele momento exige uma

interpretação momentânea né?...



que seja é:::... é... característica daquele momento histórico...

daquele momento em que está vivendo...

(SI14, E2B, Mb)

Texto 38

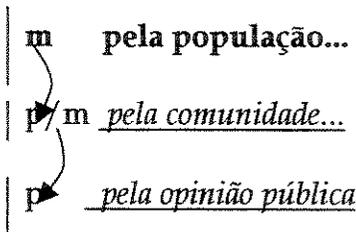
L1 - então o recurso... à apelação...

ela é (justificada) no regime democrático

porque a decisão do juiz ela pode ser

combatida não só pelos advogados

como também por quem?...



pela população...

pela comunidade...

pela opinião pública

(SI14, F2B, Mb)

L1 - por isso por isso é que ele vai dizer o seguinte...



**nãO eXISte nenhum conhecimento a priOri... à
experiênciA...**

nãO existe... nenhum conhecimento a priori...

quer dizer... Todo conhecimento

qualquer tipo de conhecimento

nãO pode nãO pode...

experiênciA/conhecimento

ele par/ ele ele parte da experiênciA empírica

(SI29, F10, Mb)

O que se depreende dos exemplos acima é que a paráfrase explicitadora não se encarrega de explicitar o conceito de uma palavra específica, como procede a paráfrase explicativa; tal procedimento revela muito mais uma precaução do locutor em se assegurar do bom andamento discursivo do enunciado. Por isso mesmo, ele se esforça em construir enunciados apropriados ao seu auditório.

Por exemplo, o parafraseamento exemplificado no texto 39 se destina claramente a uma tentativa de explicitação do enunciado: *NãO eXISte nenhum conhecimento a priOri... à experiênciA...* Tanto é, que antes do parafraseamento, o locutor realiza uma repetição do enunciado de origem, mas possivelmente entende que tal estratégia não é suficiente para atingir os objetivos discursivos. Daí, opta

por uma paráfrase que possa melhor precisar a matriz. E, assim, se observa em todos os enunciados que exemplificam a explicitação pelo mecanismo parafrástico que o locutor percorre outros caminhos discursivos para assegurar o sucesso do seu *projeto de dizer*.

5.7. Paráfrase exemplificadora

Güllich e Kotschi, como bem ressalta Hilgert, consideram que as paráfrases podem exercer também a função exemplificadora da matriz, visando a explicitar enunciados. Tal procedimento pode se dar por informações genéricas ou sucintas.

Texto 40

L1 - o direito passa... passa a ser o quê?...

M	passa a ser uma verdadeira batalha...
P	<u>as pessoas dando chute na canela dos outros...</u>
	<u>tomando as coisas dos outros aí sem nada...</u>
	não tem poder... (mandamos) manda brasa mesmo...

(SI14, F2B, Mb)

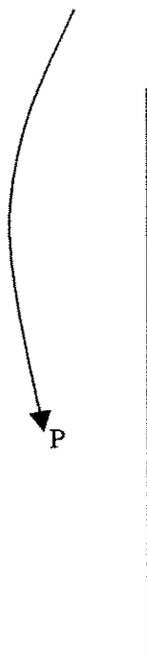
No exemplo 40, o locutor, ao enumerar exemplos, manifesta seu ponto de vista sobre o que seja uma batalha pelo direito, e assim, ao expandir o significado de batalha, restringe-o, levando o locutor a ver batalha como lugar de violência, e ao mesmo tempo dá a conhecer ao interlocutor o que deve ser visto como

violência: *as pessoas dando chute na canela dos outros...; tomando as coisas dos outros.* Esses são exemplos que, para o locutor, passam a ser a verdadeira batalha pelo direito. E é como tal que ele pretende ter a adesão do seu parceiro, especificamente. Assim, a enumeração de casos específicos nunca pode ser por compreensão mas por uma extensão, isto é, somente pela enumeração é possível orientar determinados efeitos de sentido. Dá-se, desse modo, a verdadeira orientação argumentativa e, assim, vai-se confirmando a nossa tese de que *a paráfrase é uma atividade argumentativa.*

Texto 41

L1 - tem essa etapa do provão... que é () pela qual os menos
passam
mas tem uma outra que eles chamam condições de oferta...
que eles também vêm aos campi... olhar as condições de
oferta dos campi...
aí parece que dá uma primeira chance eu tenho isso
anotado...
senão o curso/aí o curso é realmente cortado e que nós
é...criticamos é que
eles não dão condições pra esses cursos se
desenvolverem...

M



*eles não investem na capacitação docente principalmente...
que não existe nesse país... política de capacitação...
existe programa...
a universidade está com um programa de mestrado...
a universidade está com outro programa...
mas o governo federal...
não tem uma política de capacitação docente...
ele baixar uma política de capacitação docente não tem*

(SI22, F7A, Mb)

O texto acima é produzido numa reunião de professores em que o locutor discute com seus ouvintes resultados de um encontro nacional onde se discutiu o Provão implementado pelo MEC.

Enquanto, no exemplo 40, a orientação argumentativa se vale de uma enumeração pela atividade parafrástica para fazer valer os sentidos orientados, em 41, o locutor se esteia em um único elemento orientador de conclusões. Ao argumentar que os cursos não adquirem qualidade por falta de oferta de condições por parte do governo federal, o locutor recorre a um único exemplo, apresentado-o como principal. O locutor, então, enumera uma só coisa, e como só dispõe desse exemplo, dá-lhe um efeito, recorre a ele insistentemente e, assim, faz valer a afirmação geral. Veja: o locutor faz o interlocutor aceitar a regra geral, ou seja,

aceitar o exemplo geral de que o governo federal não investe na qualificação docente - causa principal do insucesso dos cursos. Esses são também mecanismos que ajudam a confirmar o nosso argumento de que as paráfrases atuam fortemente como estratégias argumentativas motivadas por um *projeto de dizer* que se instala no ato da enunciação.

6. SINONÍMIA LEXICAL: UM TRATAMENTO DISCURSIVO

Embora não seja a sinonímia, enquanto descrição de relações de sentido entre palavras, objeto de nosso estudo, a maneira como ela nos saltou aos olhos durante as análises que vimos realizando sobre o fenômeno parafrástico, nos motivou a discutir, ainda que brevemente (e com muita cautela), como a sinonímia também é orientada por um propósito discursivo que se instala na interação entre os sujeitos.

São bastante freqüentes, em nossos dados, casos em que a atividade argumentativa, através do mecanismo parafrástico, ganha mais força pelas escolhas lexicais, ou seja, pela substituição de um termo por outro que, discursivamente se equivalem. Tal mecanismo revela que o emprego de determinados termos funciona como uma manobra argumentativa de grande eficácia. O locutor entende que determinados empregos lexicais podem favorecer, mais que outros, o alcance de seus objetivos. Não se trata, portanto, de uma escolha inocente, como ressalta Ilari (2001).

Tratando da sinonímia, Geraldi & Ilari (1994:47), nos mostram que esta, (assim como a antonímia, a hiponímia ou a duplicidade de sentido), além de descrever relações de sentido entre palavras, serve para descrever relações de sentido entre *construções gramaticais* e até mesmo efeitos de sentido determinados pelo contexto.

Para estabelecer a distinção entre sinonímia e paráfrase, Geraldi & Ilari (1994) reservam a sinonímia para caracterizar pares de palavras (sinonímia lexical), enquanto a paráfrase é empregada a propósito de frases. Mas se se pergunta o que seja sinonímia, a resposta não é tão simples, como bem mostram os autores, e, sendo, assim, há várias formas de descrever o significado. Geraldi & Ilari tomam algumas delas para investigação, a saber:

- i) *para que duas palavras sejam sinônimas, não basta que tenham a mesma extensão;*
- ii) *para que duas palavras sejam sinônimas, é preciso que façam em todos os seus empregos, a mesma contribuição ao sentido da frase;*
- iii) *duas palavras são sinônimas sempre que são substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira e vice-versa;*
- iv) *a sinonímia de palavras depende do contexto em que são empregadas;*

Submetendo todos os princípios a testes³², e, embora alguns testes surtam efeitos consideráveis, o princípio iv parece mais interessante na ótica dos autores, uma vez defensores de que não é possível admitir a sinonímia de palavras independentemente do contexto em que são empregadas, e, justamente por isso, apresentam outro princípio: v) *palavras presumivelmente sinônimas sofrem sempre algum tipo de especialização, de sentido ou de uso.*

Admitindo os postulados de Geraldi & Ilari, tanto no que se refere à dependência contextual da sinonímia quanto ao fato de que expressões sinônimas

³² Geraldi & Ilari[1987] (1994:42-47) abordam, além da sinonímia lexical, a sinonímia estrutural.

resultam de escolhas do locutor para atender a seus propósitos, gostaríamos de analisar dados em que o processo de sinonímia lexical resulta de uma atividade discursiva, ou seja, a relação de sinonímia entre determinadas palavras só se estabelece *na singularidade dos acontecimento enunciativos*. Pode-se dizer que, nesse sentido, a sinonímia entre palavras faz parte do acordo entre os interlocutores, já que palavras que não são dadas como sinônimas podem vir a sê-lo, no jogo discursivo. Assim, vejamos:

Texto 42

L1- dá pra transformar isso em universidade um dia

não é só um Campus da Universidade Federal do Pará...

uma universidade autônoma....

então... **o seu ideal**... a sua utopia, né? e essa é a minha...

porque os passos serão dados em função dessa utopia

e traduz isso em administração e filosofia de trabalho

como?... fazendo com que de fato os coordenadores de

Campi

tenham um contato direto e sistemático com o reitor

diretamente...

sem intermediários

(SI19, F4, Mb)

Texto 43

L1- ele foi pra Portugal e lá...

que ele né?... ele foi ()

saiu do Brasil muito jovem

muito cedo ele começou a **sentir**

a ênfatizar bem a questão da saudade é...

da família...

a saudade da Pátria

é nessa'/ nesse período que ele também lança

a sua primeira a ...a... a (Primavera) e morreu em mil

oitocentos e sessenta

tuberculoso conforme a maioria do românticos né... dessa

época...

e logo na poesia a gente pode distinguir três traços

fundamentais

que era a visão idealizada da/ a visão da infância né?...

e da idealização da mulher **pura**...

virginal...

(SI3, F1A, Mb)

Considerando os contextos em que os interlocutores produzem seus discursos, a escolha lexical, nos três exemplos, funciona como uma estratégia

retórica, cujos sentidos são presumidos para atingir o efeito pretendido. Para Geraldi & Ilari (1994:47), *a escolha é, no caso, uma 'procura da palavra exata' (como a pena do escritor que corrige um texto já escrito), a mostrar que as duas expressões não são igualmente adequadas aos fins visados; essa escolha traduz freqüentemente a preocupação de evocar ou respeitar um determinado nível de fala, um determinado tipo de interação, ou mesmo um certo jargão profissional.*

No texto 42, a troca de *diretamente* por *sem intermediários* é eficaz no sentido de que, estando L1 falando para uma comunidade que reclama de ausência de autonomia acadêmica, num momento em que L1 se encontra em campanha como candidato a reitor, a expressão *sem intermediário* é empregada justamente porque encontrará ressonância no *outro*, seu emprego não é sem propósito. A escolha lexical, portanto, assim como constata-se nos mecanismos parafrásticos, joga com efeitos de sentido calculados no ato da interlocução, ou seja, o locutor experimenta o lugar do *outro* e, num gesto de antecipação opta por uma outra palavra que aparentemente cumpre a mesma função daquela substituída, para melhor caminhar ao encontro do ouvinte. Nesse caso, *diretamente* e *sem intermediário* não são termos intercambiáveis, independentemente do contexto, ou seja, a sinonímia, entre essas duas palavras, se estabelece porque as condições de produção em que se encontram locutor e interlocutor permitem que tais palavras se substituam no jogo discursivo, sendo que uma se apresenta como mais eficaz para orientar sentidos pretendidos pelo locutor em relação ao seu interlocutor. Daí a preferência por uma palavra em relação à outra. Segundo Ducrot (1984), os

sentidos a que estão suscetíveis os enunciados têm a ver não só com a significação que lhes é própria, mas também com a situação de discurso em que são produzidos. A escolha lexical ocorre em função do jogo que se instala entre os interlocutores. Ora, é no jogo argumentativo mesmo, determinado por condições históricas, que é possível estabelecer a sinonímia entre *diretamente* e *sem intermediário*, sem que o interlocutor recuse a aceitar ou se estranhe com o jogo entre as duas palavras.

Em 43, a relação sinonímica ocorre entre os verbos *sentir* e *ênfatizar*. Uma hipótese provisória para tal escolha seria por objetivos de adequação ao contexto, já que o objeto do discurso do qual se ocupa o locutor refere-se a características presentes na obra de um determinado autor. Nesse caso, *sentir* é uma ação mais difícil de se constatar numa obra do que *ênfatizar*. Mas o importante de se observar é que *sentir* e *ênfatizar* funcionam discursivamente como sinônimas nesse contexto discursivo, embora seja difícil presumir relação sinonímica entre as duas palavras em outros contextos discursivos. Por exemplo, intercambiar as duas palavras em: *Ele sentiu saudade dos parentes, por isso resolveu fazer-lhes uma visita* e *Ele ênfatizou saudade dos parentes, por isso resolveu fazer-lhes uma visita*, parece, no mínimo, uma substituição estranha. Assim, observa-se a sinonímia construída discursivamente.

Talvez possamos ficar com a mesma análise para a substituição do adjetivo *pura* pelo adjetivo *virginal*. No contexto discursivo, tal substituição funciona como uma escolha para estreitar sentidos ou seja, para encaminhar a intercompreensão de uma visão idealizada do amor, da mulher. Nesse acordo que

se estabelece entre locutor e ouvinte *pura* e *virginal* se substituem perfeitamente, mas o locutor estima algum ganho com tal substituição.

Geralmente a sinonímia é entendida como uma simples permuta entre palavras de mesmo significado. No entanto, se considerada a sua produção na dinâmica da interação, é possível perceber que a sinonímia, em muitos casos, só é possível de ser identificada na singularidade do acontecimento discursivo, e assim sendo, o seu movimento não é tão despretensioso quanto se possa imaginar. Dedicar-se á, entretanto, a um estudo mais aprofundado do assunto, em outro momento.

CONCLUSÃO

Tomamos como ponto de partida para a realização deste trabalho a teoria da argumentação elaborada por Ducrot, segundo a qual a argumentação é uma atividade constitutiva da linguagem. Incorporamos também em nossas análises os estudos da Retórica aristotélica, adotando, mais explicitamente, a abordagem de Perelman. Tomamos, então, as paráfrases, enquanto atividade de formulação textual, e procuramos, no decorrer de nossas análises, investigar como elas atuam na atividade argumentativa, considerando, nesse percurso teórico, que é o *querer-dizer* do locutor que dá os rumos discursivos, como defende Bakhtin (1992).

O *corpus* utilizado, constituído de textos orais produzidos no interior da universidade, nos permitiu lidar com temas diversos produzidos no interior de uma mesma instituição, alguns mais marcados argumentativamente, outros menos marcados, o que nos possibilitou comprovar que a argumentação se inscreve em qualquer tipo de texto, por mais desprezioso que possa parecer, e as paráfrases atuam na consolidação das estratégias argumentativas que conduzem o fazer textual para um fim.

Pelo que observamos até então, podemos dizer que os recursos expressivos, resguardada a sua semanticidade, ganham realidade significativa no contacto da interlocução. Nesse contexto, as estratégias argumentativas se põem como peças movedoras do discurso, garantindo assim o futuro textual. Assim

sendo, a argumentação é uma das formas que estruturam o texto e as paráfrases atuam na concretização dessas estratégias argumentativas.

O processo de agenciamento dos recursos parafrásticos evidencia não apenas o trabalho que os sujeitos empreendem com a linguagem no processo de interlocução, mas também o trabalho que os sujeitos realizam sobre a linguagem, isto é, um trabalho cuja linguagem remete a si mesma. Nesse sentido, nos valem de Geraldi (1991:15-26), ao asseverar que a linguagem permite a realização de três tipos de ações que se entrecruzam no processo de produção de sentidos: *a produção histórica e social do sistema de referências*³³; *as operações discursivas* e *as ações que os sujeitos fazem sobre a linguagem no emprego de recursos expressivos e na produção de sistemas de referências*. Isto significa dizer que a interação pela linguagem envolve também uma contrapartida dos interlocutores, no sentido de um dar ao outro a saber dos seus propósitos e convicções. E esse movimento dos interlocutores em mostrar os sentidos do seu dizer se faz por ações que remetem à linguagem.

De acordo com as nossas análises foi possível constatar que há paráfrases que se enquadram, na maioria dos casos analisados, no tipo de ação lingüística a que Geraldi denomina de atividade epilingüística. A atividade parafrástica, pelo que se pode observar nos textos analisados, dá-se por um processo de interpretação de um texto fonte, constituindo-se num novo texto posto que se torna lugar de novas interpretações. É certo que há tipos de paráfrases que se destinam explicitamente a apresentar, de maneira sistemática, conceitos

³³ Os recursos expressivos se tornam significativos pelo sistema de referência.

lingüísticos, e, nesse caso, poder-se-ia dizer que se trata de uma atividade metalingüística, de acordo com a definição de Geraldí. No entanto, mesmo as paráfrases que se desenvolvem em função de uma metalingüagem não escapam à atividade epilingüística, o que comprova que a paráfrase é uma atividade produzida discursivamente e não numa mera relação de pares de enunciados.

A proposição de uma tipologia das paráfrases, em nosso trabalho, cujo intuito foi muito mais uma estratégia didática, como já explicitamos na introdução deste trabalho, nos permitiu agenciar recursos expressivos outros, tais como, a modalização, a referenciação, a explicitação, a exemplificação, a intensificação etc., como recursos expressivos que, de par com o mecanismo da reformulação parafrástica, funcionam como marcas das estratégias argumentativas empreendidas pelo locutor para levar adiante os seus propósitos discursivos. Por essa via, nos foi possível constatar que, sendo a paráfrase uma atividade à qual o locutor recorre com o intuito de fixar sentidos, está, contudo, sempre a inaugurar sentidos novos.

BIBLIOGRAFIA:

- ANSCOMBRE, J-C. e DUCROT, O . [1976] (1983). *L'argumentation dans la langue*.
Bruxelas: Pierre Margada Editor.
- ARISTÓTELES. (1998). *Retórica*. Livro I. Trad. de Manoel Alexandre Júnior e
outros. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- BAKHTIN, M. [1929] (1988). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Brasileira.
São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. [1952-1953] (1992). " Gêneros do Discurso" in *Estética da Criação Verbal*. São
Paulo: Martins Fontes.
- BARROS, D.L.P. (1993). "Procedimentos de Reformulação: A Correção" in Pretti,
D. *Análises de Textos Oraís*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP.
- BENVENISTE, E.[1966] (1995) *Problèmes de Linguistique Générale I*. Trad. Bras., SP:
Campinas: Pontes.
- _____. [1981] (1989). *Problèmes de Linguistique Générale II*. Trad. Bras., Campinas, SP:
Pontes.
- BRÉAL, M. [1866] (1992). *Ensaio de Semântica*. Campinas, SP: Pontes.
- CAGLIARI, L. C. & MASSINI-CAGLIARI, G.(2000). *Fonética*, mimeo.
- CASTILHO, A T. de e CASTILHO, C. M. M de. (1992). "Advérbios Modalizadores".
in *Gramática do Português falado*, vol. II, Campins, SP: Editora da UNICAMP.
- CHAROLLES, M. (1986). *La Gestion des Orientations Argumentatives dans une
Activité Redactionelle*. *Pratiques*, nº 49, pp. 87-99, Paris.

- CHAROLLES et COLTIER, D. (1986). *Le Controle de la Compréhension dans une Activité Rédactionnelle: Eléments pour l'Analyse des Reformulations Paraphrastiques* in *Pratiques*, n° 40, pp. 51-99, Paris.
- COMTE, M-E. (1996). *Anaphoric Encapsulation* in Mulder, W. & Tasmowski, L. Amsterdã, *Belgian Journal of Linguistics*.
- DUCROT, O. [1972] (1977). *Dizer e não Dizer: Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- _____. [1973] (1981). *Provar e Dizer: Linguagem e Lógica*. São Paulo: Editora Global,
- _____. [1984] (1987). *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1989). "Argumentação e 'Topoi' Argumentativos" in Guimarães (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes.
- FAGUNDES, V de O. (1995). *A Espada de Dâmocles da Justiça: O Discurso do Júri*. Tese de Doutorado-UNICAMP/IEL.
- FUCHS, C. (1982 a). *La Paraphrase*. Paris: Press Universitaires de France.
- _____. (1982b) . *La Paraphrase entre la Langue et le Discours*. *Langue française*, 53.
- _____.(1985). *A paráfrase Lingüística: Equivalência, Sinonímia ou Reformulação* in *Cadernos de Estudos lingüísticos*, n° 08, UNICAMP/IEL. Trad. João Wanderley Geraldi.
- GERALDI, J. W. 1981. "Tópico-Comentário e Orientação Argumentativa" in *Sobre a Estruturação do Discurso*. UNICAMP/IEL.
- _____. (1991). *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes.

- GUIMARÃES, E. (1987) *Texto e Argumentação: Um Estudo de Conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes.
- _____.(1981). "Estratégias de Relação e Estruturação do Discurso" in *Sobre a estruturação do discurso*. UNICAMP/IEL.
- GÜLICH, E. (1990). *Por une Ethnométhodologie linguistique: Discription de séquences Conversationnelles Explicatives* in Dausend-schön-Gay/Gülich/Kraftt (éds.) 325-364.
- _____. (1992). *Procédés de Reformulation et "Travail Conversationnel": Eléments d'Une Théorie des Processus de la production Discursive*. Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie romanes. Universidade de Zurich.
- HALLIDAY, M. A.K.[1985] (1989). *Spoken and Written Language*. Oxford: Oxford University Press
- HAVELOCK, Eric. A. [1982] (1996) *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Conseqüências Culturais*. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HILGERT, J. G. (1989). *A paráfrase: Um Procedimento de Constituição do Diálogo*. Tese de Doutorado.
- _____. [1993] (1997). *Procedimentos de Reformulação: A Paráfrase* in Pretti, D. *Análises de textos orais* (org.) São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP.
- _____. (1996). *A Paráfrase na Construção do Texto Falado: O Caso das Paráfrase em Relação Paradigmática com Suas Matrizes* in Koch, I. G. V. (org.). *Gramática do*

- português falado*, vol. VI: Desenvolvimentos, pp. 131-147. SP: Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP.
- ILARI, R. (1992). " Sobre os Advérbios Aspectuais" in *Gramática do português falado*, vol. II, SP: Campinas: Editora da UNICAMP, pp 151-192.
- _____. (1992). "Sobre os advérbios focalizadores" in *Gramática do português falado*, vol. II, SP: Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 193-212.
- _____.(2001). *Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, I. G. V.(1992). *Inter-ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto.
- _____.(1984). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____ & Souza e Silva. 1996. "Atividades de Composição do Texto Falado: A Elocução Formal" in Castilho A T. & Basílio, M. (orgs.) *Gramática do português falado*, vol. IV: Estudos descritivos, pp. 379-391. SP: Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____.(1996). "Aspectos do Processamento do Fluxo de Informação no Discurso Oral Dialogado" in Castilho, A. T. (org.). *Gramática do português falado*, vol I: A ordem, pág. 143-181. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- _____.1997. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto.
- LYONS, J. (1877). *Semântica*. Lisboa: Presença.
- MARCUSCHI, L. A. (1983). *Linguística de Texto: Como É e Como se Faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Série Debates 1.
- _____. (1991). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.

- _____. (1994). *Contextualização e Explicitude na Relação Fala e Escrita*, (mimeo).
- _____. (1995). *Oralidade e Escrita*. Apresentado no II Encontro Franco-Brasileiro de Ensino de língua. UFRN, Natal (mimeo).
- _____. (1996). *Curso de Filosofia da Linguagem, aula 5 sobre "Os Sofistas"*, mimeo.
- _____. (1996). *A Repetição na Língua Falada como Estratégia de Formulação Textual*. in Koch, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*, vol VI: Desenvolvimentos, pp. 95-129. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- _____. (2000 a). *Cognição, Explicitude e Autonomia no Uso da Língua* (mimeo).
- _____. (2000b). *Fala e Escrita na Grade dos Gêneros Textuais*. Trabalho apresentado na XVIII Jornada de Estudos lingüísticos, Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBA, (mimeo)
- _____. (2001). *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização*. São Paulo: Contez.
- MARTIN, R. (1976). *Inférence, Antonymie et Paraphrase: Eléments pour Une Théorie Sémantique*. Paris: Klincksieck.
- PARRET, H. (1988). *Enunciação e Pragmática*. SP: Campinas: Editora da UNICAMP.
- OSAKABE, H. [1979] (1999). *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERELMAN, C. e Olbrechts-Tyteca, L.[1979] (1996). *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes. Bruxelas: Éditions de Bruxelles .
- _____. [1989] (1997). *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes.
- PLEBE, A.(1976). *Breve História da Retórica Antiga*. São Paulo: EPU.

- POSSENTI, S. (1981). "Discurso e Texto: Imagem e/de Constituição" in *Sobre a Estruturação do Discurso*. UNICAMP/IEL.
- ROMUALDO, J. A.(1995). *Lugar-Comum: Espaço da Repetição e da Criação*. Tese de Doutorado- UNICAMP/IEL.
- VOGT, C. (1977). *O intervalo Semântico*. São Paulo: Ática.
- _____. (1981). *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo: HUCITEC. [Campinas, SP]; Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP.

Résumé

Ce travail, s'occupant de textes oraux produits à l'intérieur de l'université, établit comme son objet les mécanismes paraphrastiques considérés comme activité de reformulation textuelle. Comprenant que l'action argumentative est le résultat d'un travail d'interaction entre les interlocuteurs, les mécanismes paraphrastiques, comme on l'a dit, n'accomplissent pas seulement la fonction de fixer le sens. Dans ce mouvement, des sens s'ouvrent, permettant au texte d'avancer dans une direction donnée, déterminée par l'orientation argumentative. A partir d'une telle compréhension, on soutient que le processus de formulation textuel ne découle pas de la simple juxtaposition d'énoncés. Ce sont les projets des interlocuteurs défendant leur thèse qui déterminent les choix de formulation et reformulation. C'est parce que le locuteur attend une réplique de l'autre, comme le soutient Bakhtine, qu'il décide de reformuler des énoncés d'une manière et non d'une autre, orientant l'interlocuteur vers les conclusions désirées. C'est ainsi que l'organisation textuelle n'est pas gratuite, mais motivée par un *vouloir-dire*, au sens bakhtinien du terme. Celui qui parle a un but à atteindre, et son discours est planifié dans l'interlocution, de manière à ce que les ressources expressives s'organisent avec cohérence en direction de ce but. Ainsi, nous soutenons que *la paraphrase est une activité argumentative*.